

2026



ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSORA MARIA HELENA DE ABREU MORAES

[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

Instrumento que reflete a proposta educacional da Escola Municipal Professora Maria Helena de Abreu Moraes, expressando o planejamento do trabalho coletivo da comunidade escolar, cujas responsabilidades, pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos.

**"A educação é um ato de amor,
por isso, um ato de coragem".**

Paulo Freire

SUMÁRIO

1. Apresentação	6
2. Dados da Unidade Escolar	6
3. Histórico	7
4. Missão	7
5. Diagnóstico	7
5.1. Aprendizado, Fluxo, Distorção série-idade, IDEB, Meta	7
5.2. Saego Alfa.....	8
5.3. Avaliação de Fluência Leitora-Percentuais de Entrada e Saída...9	
5.4. Resultados Finais do Ano Anterior	9
5.5. Análise SWOT.....	10
6. Objetivos	11
6.1. Objetivo Geral	11
6.2. Objetivos Específicos	11
7. Princípios Legais e Norteadores do Ensino Fundamental	12
7.1. Princípios Legais	12
7.2. Princípios Epistemológicos	13
7.3. Princípios Didático-Pedagógicos	13
7.4. Princípios Éticos	15
7.5. Princípios Estéticos	15
8. Políticas Públicas de Educação Integral e Fundamentação Legal	15
8.1. Escolas das Adolescências	15
9. Estrutura e Funcionamento da Instituição	17
9.1. Organização Administrativa e Pedagógica	17
9.2. Espaço Físico, Instalações e Equipamentos	17
9.3. Organização das Turmas e Participação Discente	18
9.3.1. Educação Infantil	18
9.3.2. Ensino Fundamental I e II	19
9.3.3. AEE – Atendimento Educacional Especializado	19
9.3.4. Regimento Escolar	20
9.3.5. Conselho de Classe	21
9.4. Recursos Humanos	21
9.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica	21
9.4.2. Docentes	21
9.4.3. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais	22
10. Organização Curricular	22
10.1. Educação Infantil	22
10.2. Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos: Educação Digital e Inovação.....	24
10.3. Orientações Metodológicas e Ações Pedagógicas	28
11. Iniciativas Educacionais	35
11.1. Projetos Municipalizados e Institucionais	35
11.2. Projetos da Instituição.....	47
11.3. Temas Transversais	50
11.4. Sala Maker	50
11.5. Laboratório de Informática.....	51

12. Avaliação.....	51
12.1. Critérios de Avaliação	51
12.1.2. Educação Infantil	52
12.1.3. Ensino Fundamental	52
12.1.4. Ciclo de Alfabetização 1º e 2º Ano	52
12.1.5. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	53
13. Recuperação Paralela	54
14. Recuperação Especial	55
15. Progressão Parcial	55
16. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição	57
17. Referências Bibliográficas	61
18. Ata de Aprovação	64
19. Anexos	94

1. Apresentação

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Professora Maria Helena de Abreu Moraes, além de ser uma exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, permite a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus sonhos. Além disso, define a natureza e o papel sócio educativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica, documentos que são os balizadores das ações educativas.

Sabedores que a educação é um processo pelo qual se busca conhecimentos para levar o educando a se tornar crítico e conhecedor de seus direitos e deveres, a equipe gestora da Escola Municipal Professora Maria Helena de Abreu Moraes juntamente com o corpo docente e discente elaborou coletivamente o presente Projeto Político Pedagógico visando à melhoria na qualidade do ensino e do trabalho em equipe.

Falar da educação como um campo de conhecimento, é compreender que a educação é um campo de investigação e pesquisa que leva o indivíduo a enriquecer cada vez mais seus conhecimentos.

2. Dados da Unidade Escolar

Nome:		
Escola Municipal Professora Maria Helena de Abreu Moraes		
Endereço:		
BR 040 – Km 128 – Entrada à Esquerda – distante 15 Km da pista Assentamento Manacá - Área comunitária 01 - 73.850-000 - Cristalina – GO		
Endereço Eletrônico:		
escolamariahelena@crystalina.go.gov.br		
Localização:		
Zona Rural		
CNPJ:	Código INEP:	Forma de Manutenção:
Nº 27.036.561/0001-05	Nº 5202491	Pública mantida pela PMC
Lei de Criação:		
Nº 2082 de 15/09/2011		
Ato Autorizativo em Vigor:		
CME Nº 64 de 04/09/2023 vigência até 04/09/2026		
Níveis e Modalidades Ofertados:		
Educação Infantil – Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais		
Turnos/Horário de Funcionamento Pedagógico:		
Matutino – 7:30 às 11:45 horas		

3. Histórico

A Escola foi criada em 2011, pela Portaria 1971/96, pela Secretaria Municipal de Educação, passando a denominar-se Escola Municipal Professora Maria Helena de Abreu Moraes em homenagem a uma professora que prestou seus serviços em prol da educação em escolas desta região.

A Escola foi construída por Furnas Centrais Elétrica em contrapartida a obra da Hidrelétrica Batalha que precisou remanejar famílias dos Assentamentos Vista Alegre e Buriti das Gamelas dando origem ao P. A. Manacá, antiga Fazenda São Cristóvão.

As atividades da escola tiveram início no dia 12 de setembro de 2011 com o apoio da Prefeitura Municipal que equipou as salas com móveis e equipamentos necessários e contratou professores e funcionários. Na ocasião contávamos com 52 (cinquenta e dois) alunos que, até então estavam estudando provisoriamente na Escola Municipal José Gomes Gonçalves I.

A cerimônia de Inauguração, se deu no dia 16 de setembro deste mesmo ano e contou com a presença de autoridades municipais, de representantes de Furnas e também de familiares da professora homenageada, bem como a comunidade local.

Desde sua inauguração a escola passou a ser anexo da Escola Municipal José Gomes Gonçalves I, sob a direção da Professora Dora Gonçalves de Carvalho Botelho e sob a Coordenação Geral da professora Nilva de Araújo Alcântara. Atualmente a escola está regularizada de acordo com a Resolução CME Nº 064 de 04 de setembro de 2023 sob direção da Professora Keila Joaquim de Lima.

Desde o início de suas atividades a escola funciona no turno matutino com turmas de 1º ao 9º ano, atualmente a escola atende crianças da Educação Infantil agrupamento de 04 e 05 anos. Em 2025 encerrou o ano letivo com 62 alunos (sessenta e dois alunos). Atualmente a escola atende 70 alunos (setenta alunos).

Além de atender os alunos moradores do Projeto de Assentamento Manacá, a escola também atende alunos do Projeto de assentamento Barra Grande e de fazendas circunvizinhas.

A partir de 2021 dentro do processo ensino-aprendizagem a participação no Programa Afamais, implantando novas metodologias para o desenvolvimento na alfabetização e demais séries, vem contribuindo para o avanço da aprendizagem.

4. Missão

Promover um conhecimento sistêmico, tornando o aluno questionador e capaz de aplicar o conhecimento adquirido; valorizando a realidade a qual estão inseridos educando-os para uma conscientização ambiental que os leve a preservar a natureza da qual todos somos dependentes.

5. Diagnóstico

5.1. Aprendizado, Fluxo, Distorção série-idade, IDEB, Meta

Como é calculado o Ideb?

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Saeb) e no fluxo escolar (taxa de aprovação).


$$\frac{(\text{Por.} + \text{Mat})}{2} \times \text{Taxa de Aprovação} = \text{Ideb}$$

		Aprendizado	Fluxo/ Indicador de Rendimento	Distorção idade-série	IDEB	Meta
ANOS INICIAIS	2021	-	-	4,5	-	-
	2023	4,67	1	15,6	4,7	5,2
	2025	-	-	-	-	-
ANOS FINAIS	2021	-	-	14,3	-	-
	2023	4,67	1	17,9	4,7	5,0
	2025	-	-	-	-	-

Fonte de pesquisa <http://www.qedu.org.br>

5.2. Saego Alfa

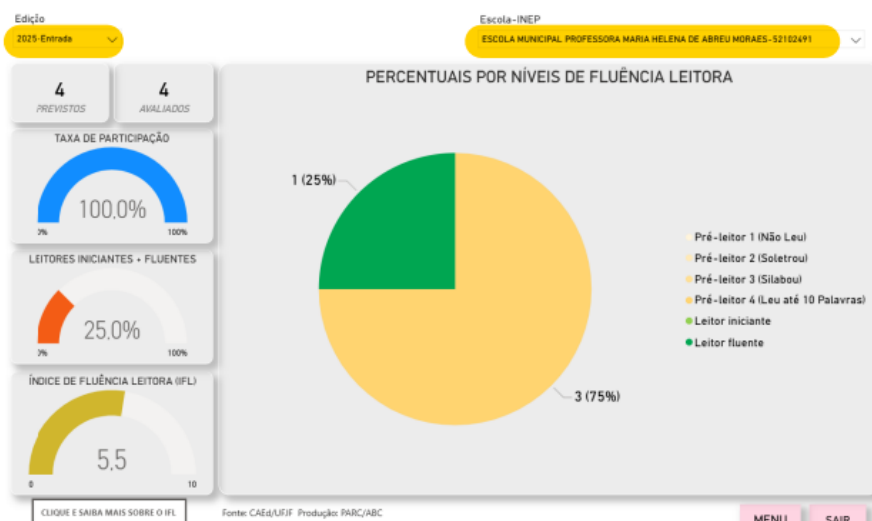
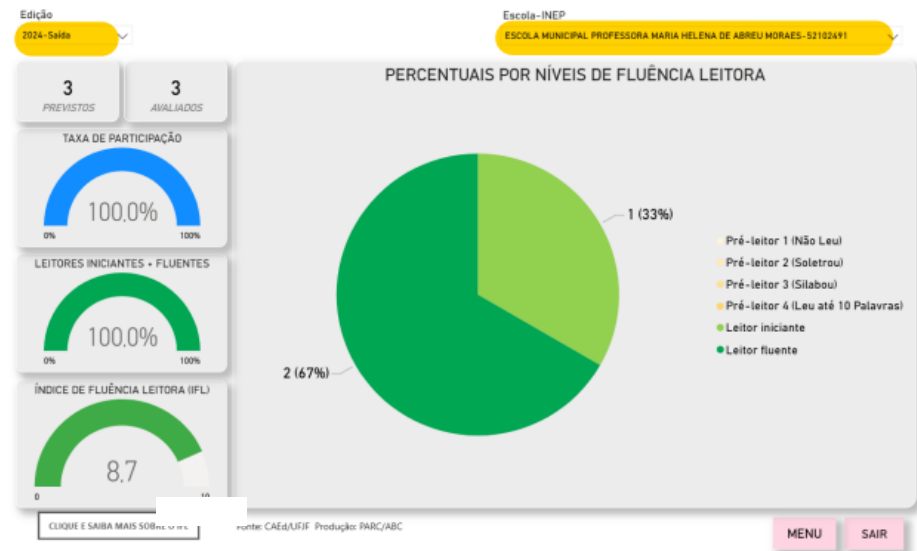
SAEGO ALFA 2º ANO									
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA				
2024		2025			2024		2025		
% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVOLUÇÃO ↑↓	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVOLUÇÃO ↑↓
60%	563	50%	539	-24	60%	595	50%	707	+ 112
LÍNGUA PORTUGUESA (Escrita)									
60%	613								

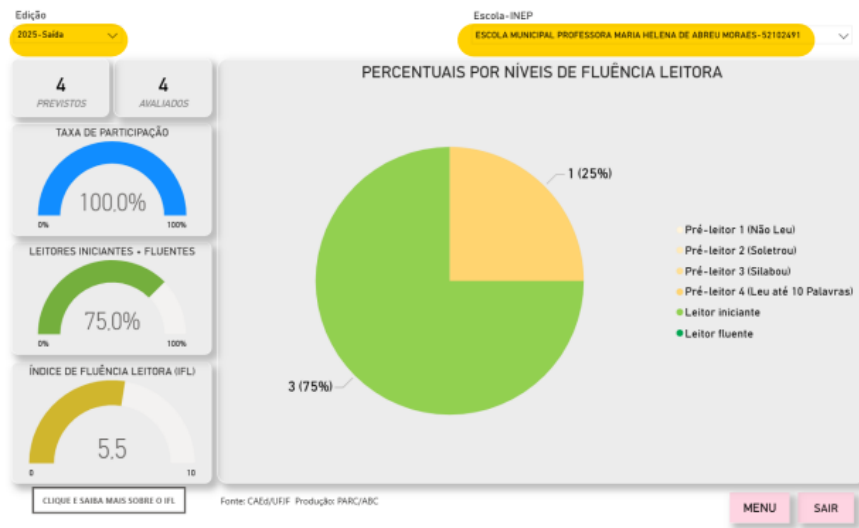
Fonte: avaliacaomonitoramentogoiias.caeddigital

SAEGO ALFA 5º ANO									
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA				
2024		2025			2024		2025		
% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVOLUÇÃO	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVOLUÇÃO
100%	225	100%	190	- 35	100%	231	100%	205	- 26

Fonte: avaliacaoemonitoramentogoiias.caeddigital

5.3. Avaliação de Fluência Leitora - Percentuais de Entrada e Saída





Fonte: Avaliação de Fluência Leitora – Painel de Resultados – Power BI

5.4. Resultados Finais do Ano Anterior

Série	Matrícula Inicial	Transferidos	Evadidos	Matrícula Final	Aprovados	Reprovados	% Aprov.	% Repr.
Agrup. 4 anos	08	04	-	04	04	-	100%	-
Agrup. 5 anos	08	03	-	05	05	-	100%	-
1º Ano	07	06	-	01	01	-	100%	-
2º Ano	08	05	-	03	03	-	100%	-
3º Ano	04	01	-	03	03	-	100%	-
4º Ano	17	05	-	12	12	-	100%	-
5º Ano	06	-	-	06	06	-	100%	-
6º Ano	11	05	-	06	06	-	100%	-
7º Ano	11	02	-	09	08	01	87,5%	12,5%
8º Ano	12	03	-	09	09	-	100%	-
9º Ano	05	01	-	04	04	-	100%	-

5.5. Análise SWOT

(Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças)

A Análise SWOT é uma ferramenta estratégica que visa identificar e compreender as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da escola, contribuindo para o planejamento e a tomada de decisões. A partir dessa análise, é possível traçar estratégias que potencializem os pontos fortes da instituição, minimizem os pontos fracos, aproveitem as oportunidades externas e enfrentem as ameaças, criando ações por meio de projetos ou outras iniciativas que impulsionem a transformação e o aprimoramento contínuo da escola.

<p>Forças (Strengths)</p> <p>- Fatores internos -</p>	<p>Fraquezas (Weaknesses)</p> <p>- Fatores internos -</p>
<p>- Programa AlfaMais Goiás: Garante a alfabetização de todas as crianças nos primeiros anos.</p>	<p>- Falta de rotina de estudos em casa: Muitas crianças não têm acompanhamento familiar para estudar fora da escola.</p>
<p>- Kits literários: Incentivam a leitura e o desenvolvimento da escrita desde os primeiros anos.</p>	<p>- Desinteresse parental: Pais não participam ativamente das reuniões e não buscam informações sobre os filhos.</p>
<p>- Feira cultural e tecnológica: Crianças são protagonistas, mostrando suas habilidades em projetos interativos.</p>	<p>- Crianças sozinhas em casa: Muitas ficam sem supervisão, afetando seu bem-estar e aprendizado.</p>
<p>- Projetos educacionais de parceiros privados: Oferecem recursos extras e novos programas.</p>	<p>- Influência das telas: Uso excessivo de dispositivos eletrônicos, prejudicando o foco no estudo.</p>
<p>- Projetos educacionais de parceiros privados: Oferecem recursos extras e novos programas.</p>	<p>- Crianças criadas por avós: Falta de acompanhamento adequado dos filhos, dificultando o desempenho escolar.</p>
<p>- Transporte escolar: Garante o acesso à escola para alunos de áreas distantes.</p>	<p>- Falta do transporte: transporte com problemas mecânicos frequentes que prejudicam os alunos a frequentar a escola regularmente.</p>
<p>- Liderança forte e comprometida: Garantia de boa gestão e qualidade do ensino.</p>	<p>- Falta de um profissional na sala de leitura: para assessorar no desenvolvimento da leitura dos alunos</p>
	<p>- Turmas Multisseriadas: prejudica o aprendizado do aluno na série que está inserido.</p>
<p>Oportunidades (Opportunities)</p> <p>- Fatores externos -</p>	<p>Ameaças (Threats)</p> <p>- Fatores externos -</p>
<p>- Expansão de programas de alfabetização (como o AlfaMais Goiás) para consolidar a aprendizagem nos primeiros anos.</p> <p>- Busca Ativa - Fortalecer a busca ativa dos estudantes para garantir sua participação e acompanhamento contínuo</p>	<p>- Vulnerabilidade social e econômica: A pobreza nas famílias afeta o desempenho e a permanência na escola.</p>
<p>- Programas de treinamento e formação: Capacitação contínua para professores e gestores.</p>	<p>- Instabilidade política: Mudanças nos gestores podem afetar o andamento de programas educacionais.</p>
<p>- Entrega de kits escolares: Garante que todos os alunos tenham os materiais necessários para aprender.</p>	<p>- Violência nas comunidades: Impacta a segurança dos alunos e o ambiente escolar.</p>
<p>- Integração da Computação na Educação, alinhada às diretrizes da BNCC: desenvolver habilidades em pensamento computacional e preparar os alunos para os desafios do futuro digital, enriquecendo o processo de aprendizagem.</p>	<p>- Desinteresse dos pais: Falta de acompanhamento e apoio dos pais ao desempenho escolar dos filhos.</p>
<p>- Parcerias com a iniciativa privada: Recursos adicionais para expandir programas como a Feira cultural.</p>	<p>- Desigualdade educacional: Diferenças no nível de preparação dos alunos, impactando a eficácia do ensino.</p>

- Escolas de tempo integral: Mais tempo para garantir o aprendizado e apoiar as crianças em um ambiente seguro.	- Evasão escolar: A alta taxa de abandono, especialmente em áreas de vulnerabilidade social.
--	---

6. Objetivos

6.1. Objetivo Geral

Implementar práticas pedagógicas que contribuam para o pleno desenvolvimento no processo ensino – aprendizagem, colaborando para a formação dos alunos, enquanto cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

Promover a alfabetização de alunos do 1º e 2º ano dentro da idade certa, por meio da implementação de programas e estratégias pedagógicas focadas no desenvolvimento integral das competências linguísticas e cognitivas. Isso inclui a melhoria das habilidades de leitura e escrita, ampliação do vocabulário, fluência leitora, produção de textos simples e a preparação para avaliações externas, como o SAEGO ALFA e o SAEB. Além disso, busca-se assegurar o acompanhamento contínuo do desempenho dos alunos, utilizando ferramentas como a plataforma Criança Alfabetizada e o SIAM, para monitorar o progresso e implementar ações corretivas que garantam o alcance das metas estabelecidas para o IDEB 2027.

6.2. Objetivos Específicos

- Propiciar momentos de reforço da aprendizagem para os alunos que apresentem dificuldades na leitura;
- Promover eventos culturais que despertem o gosto pela educação no campo e que resgatem as tradições do local onde vivem, além de datas comemorativas (dia das mães, dos pais, do estudante, da criança, dos professores, semana do folclore, da primavera, entre outros);
- Desenvolver ações de complementação pedagógica, tais como: projetos de leitura e escrita, gincanas educativas;
- Promover eventos culturais envolvendo a participação dos pais, visando à integração da comunidade e instituição de ensino;
- Buscar parcerias com órgãos e/ou instituições para a melhoria e aprimoramento da Escola.
- Implementar monitoramento para avaliar o desenvolvimento do aprendizado em todas as fases;
- Promover momentos de reflexão sobre as práticas pedagógicas entre o corpo docente e a gestão escolar a fim de melhorar o desempenho dos alunos;
- Manter contato com os pais sobre falta dos alunos, para não prejudicar seu desempenho escolar.
- Garantir a alfabetização na idade certa dos alunos do 1º e 2º ano, por meio do programa ALFAMAIS Goiás, com foco no desenvolvimento das habilidades fonológicas, ampliação do vocabulário, produção de textos simples e fluência leitora. Para isso, será implementado um programa intensivo de leitura e escrita, acompanhado de avaliações modelo fornecidas pela plataforma Criança Alfabetizada, que também incorpora a Fluência Leitora para monitorar o progresso dos alunos.
- Os alunos serão preparados para a prova SAEGO ALFA, alinhada às habilidades de alfabetização das matrizes de referência, e para o SAEB, abordando as competências exigidas nas áreas de linguagem, matemática e ciências, com o objetivo de alcançar a meta do IDEB 2027.

- O SIAM será utilizado para monitorar o desempenho dos alunos ao longo do processo, fornecendo dados em tempo real que permitirão ajustes contínuos nas estratégias pedagógicas e garantindo a adequação das habilidades exigidas nas avaliações, promovendo a preparação contínua dos alunos para os desafios da educação e seu desenvolvimento nas etapas subsequentes.

7. Princípios Legais e Norteadores do Ensino Fundamental

7.1. Princípios Legais

Dentre os documentos norteadores legais da Educação Básica estão a Lei nº 9.394/96, que estabelece atuais princípios e fins da educação brasileira definidos no título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, nos artigos 2º e 3º. O artigo 2º afirma que “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Já, o artigo 3º reafirma o disposto no artigo 206 da CF, estabelecendo que o ensino será ministrado nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Lei nº 11.274/2006 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. O objetivo é assegurar a todas as crianças um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade.

Normas foram estabelecidas pela Lei nº 12.796/2013, essa lei modifica a Lei de Diretrizes e Bases, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade. As redes municipais e estaduais de ensino tiveram até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral.

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases também englobam educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Garantindo preferencialmente a ampliação do atendimento aos educandos na própria rede pública.

Houve ainda a inclusão, na Lei de Diretrizes e Bases, de dispositivo segundo o qual o ensino será ministrado, entre outros itens, em consideração com a diversidade étnico-racial.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, norteia as relações de direitos vivenciadas pelos estudantes nas instituições escolares entre outros espaços e grupos de convívio.

7.2. Princípios Epistemológicos

As essências das ações educacionais serão pautadas na finalidade de assegurar o direito do aluno em obter um espaço propiciador para o seu desenvolvimento, fundamentado num projeto pedagógico, delimitador dos pressupostos teóricos condutores da dinâmica da instituição. Neste pressuposto a educação assume contornos que privilegiam o educando, suas vivências, seus valores e normas de agir, tendo visão de homem centrada na experiência, na vida e na atividade.

A educação deve ser essencialmente lúdica, prazerosa, fundada nas mais variadas experiências e no prazer de descobrir a vida, colocando os alunos em contato com uma variedade de estímulos e experiências que propiciem a eles seu desenvolvimento integral. Essas ações são desenvolvidas e fundamentadas numa concepção interdisciplinar e totalizadora. As ações desenvolvidas devem fundamentar-se nos princípios de:

- 1) Educação ativa e relacionada com os interesses, necessidades e potencialidades do aluno;
- 2) Ênfase na aprendizagem através da resolução de problemas;
- 3) Ação educativa ligada à vida e não entendida como preparação para a vida;
- 4) Incentivo da solidariedade e não da concorrência.

Em síntese, a ação educativa da instituição de educação fundamental deve interpretar os interesses imediatos dos alunos e os saberes já construídos por eles, além de buscar ampliar o ambiente simbólico a que estão sujeitos, bem como comprometer-se em garantir o direito de estudante a que têm. Tomar parte no processo de educação para cidadania que envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros; implica fazer gestos de cortesia, preservar o coletivo, responsabilizar-se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação.

Levando-se em conta as atuais concepções sobre a proposta de educação inclusiva esta deve ser aplicada a todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Nesta concepção a escola deve promover transformações que levem à inclusão social, preparando o educando com necessidades educacionais especiais, do ponto de vista cognitivo, com atendimentos pedagógicos específicos adaptados, a fim de permitir o desenvolvimento do aluno no sentido de que esse possa adquirir consciência do valor da escola para a sua formação, o convívio social, desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física, cognitiva, ética, estética de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

7.3. Princípios didático-pedagógicos

Em conformidade com o art.22 e o art. 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB), as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Dessa forma, a instituição, como a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”.

É imprescindível destacar que as competências gerais da BNCC interrelacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores. Essas competências gerais são:

COMPETÊNCIAS GERAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

7.4. Princípios Éticos

O princípio Ético propõe uma educação baseada na justiça, solidariedade, liberdade, autonomia, de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

7.5. Princípios Estéticos

O princípio Estético propõe o cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidade plurais e solidárias.

8. Escola das Adolescências

A Política Nacional Escola das Adolescências se integra ao Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens. Ela tem como objetivo construir uma proposta para os Anos Finais do Ensino Fundamental, que se conecte com as diversas formas de viver a adolescência no Brasil, que promova um espaço acolhedor e impulse a qualidade social da oferta educativa, melhorando o acesso, o progresso e o desenvolvimento integral dos (as) estudantes. Essa é uma estratégia do Governo Federal de apoio técnico-pedagógico e financeiro para viabilizar o alcance das metas 2 e 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 firmada pela lei 13.005 de junho de 2014 que propõe para esta importante etapa da Educação Básica:

Meta 2: universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada; Meta 7: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 5,5 nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Os quatro grandes objetivos da Escola das Adolescências estão pautados na articulação, atendimento, acolhimento e aprendizagem para apoiarem a qualidade educacional sob a perspectiva da equidade. Para alcançar esses objetivos é necessário que ações da política garantam: uma transição entre etapas contínua; um clima escolar acolhedor e seguro; a articulação entre escolas, famílias e comunidades; a aprendizagem e o desenvolvimento integral para todos (as); a participação dos (as) adolescentes na vida escolar; a prevenção à violência e a promoção da cultura da paz. São cinco as dimensões que estruturam a implementação da política pelas Equipes Técnicas: currículo e práticas pedagógicas, cultura e clima escolar, infraestrutura, gestão, formação e acompanhamento, financiamento e equidade.

Essa é uma etapa da vida que envolve questões biológicas, mas também construções socioculturais. Não há uma delimitação exata que estabeleça quando começa e quando termina a adolescência, podendo inclusive variar muito a forma como se vê o ser humano a depender do grupo social - entre povos indígenas, por exemplo, os marcadores são diferentes daqueles da vida nas zonas urbanas -, mas a idade é uma das referências mais utilizadas para defini-la. Pode-se tomar como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que considera

adolescente a pessoa de 12 a 18 anos, e a Organização Mundial de Saúde (OMS), que a define como a faixa etária que vai dos 10 aos 20 anos. Compreender a etapa da adolescência e suas especificidades e potencialidades é o ponto de partida para a construção da Escola das Adolescências.

No contexto educacional, os indicadores de qualidade são métricos essenciais para monitorar e avaliar o desempenho dos sistemas educacionais. Na Política Nacional Escola das Adolescências, os indicadores devem abranger aspectos estruturantes da educação, como: procedimentos de avaliação da aprendizagem; frequência escolar; desempenho acadêmico; equidade na aprendizagem; combate ao racismo, sexismo, capacitismo e qualquer outro tipo de comportamento excludente e ou discriminatório; clima escolar; prática pedagógica inclusiva; e infraestrutura.

A etapa que abrange do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental enfrenta muitos desafios, mas o Programa Escola das Adolescências foca em oportunidades como:

- Promover a colaboração entre os entes federativos para reduzir desigualdades educacionais;
- Dialogar com interesses, contextos e demandas adolescentes;
- Potencializar o momento singular de desenvolvimento físico, emocional, intelectual, social e cultural para promover aprendizagens essenciais;
- Recompôr aprendizagens, atuando para diminuir a evasão e o abandono escolar.

A política incentiva maior conexão com as características dos anos finais para apoiar a construção de trajetórias de sucesso escolar. Suas estratégias se dividem em 3 eixos: governança; organização curricular e pedagógica; e desenvolvimento profissional.

É essencial que os documentos curriculares, as práticas pedagógicas e os processos avaliativos considerem ao longo dos Anos Finais esse amadurecimento, com progressão adequada de conceitos e habilidades. Na escola e na adolescência, esses marcadores sociais da diferença se fazem presentes e podem ter diferentes significados e desdobramentos conforme o contexto de cada adolescente entre etapas de ensino.

É importante compreender a etapa da adolescência e suas especificidades, potencialidades, principais características e transformações como o ponto de partida para a construção da Escola das Adolescências. Além disso, reconhecer que o desenvolvimento é caracterizado pela diversidade, promovendo o estabelecimento de relações pautadas no respeito mútuo, garantindo que as diferenças não se convertam em desigualdades ou exclusões. A adolescência é uma fase de potencial único para a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos (as) estudantes, que deve ser respeitada e valorizada.

9. Estrutura e Funcionamento da Instituição

9.1. Organização Administrativa e Pedagógica



9.2. Espaço Físico, instalações e equipamentos

Dependências	Quantidade	Condições de Utilização	
		Adequado	Inadequado
Diretoria	01	X	-
Secretaria	01	X	-
Sala de professores	01	X	-
Sala de coordenação pedagógica	01	X	-
Sala de leitura ou biblioteca	01	X	-
Sala de TV e vídeo	01	X	-
Sala de informática	01	X	-
Sala de Recursos/AEE	01	X	-
Sala de ciências / laboratório	-	-	-
Auditório	-	-	-
Sala de aula	09	X	-
Almoxarifado	-	-	-
Depósito de material de limpeza	01	X	-
Despensa	01	X	-
Refeitório	01	X	-
Pátio coberto	01	X	-
Quadra de esportes descoberta	01	X	-
Quadra de esportes coberta	-	-	-

Cozinha	01	X	-
Sanitário dos funcionários	01	X	-
Sanitário dos alunos	03	X	-
Sanitário adaptados para crianças e/ou deficientes.	01	X	-
Rampas	01	X	-
Corrimão	-	-	-

9.3. Organização das turmas e Participação Discente

De acordo com a Resolução CME nº 60/2023, artigo 32, § 2º e 3º, a organização das turmas multisseriadas na Educação Infantil deve respeitar a separação entre os estudantes da creche (0 a 3 anos) e da Pré-Escola (4 a 5 anos).

Considerando a revogação da Resolução CME nº 127/2024 pela Resolução CME nº 15/2025, a organização da Educação de Jovens e Adultos nesta unidade escolar seguirá as normativas vigentes do Conselho Municipal de Educação de Cristalina-GO. Assim, a estrutura das turmas e etapas será definida conforme orientações atuais do sistema de ensino, assegurando flexibilidade pedagógica, respeito às trajetórias dos estudantes e garantia do direito à aprendizagem ao longo da vida.

9.3.1. Educação Infantil

Período Matutino				Período Vespertino				Período Integral			
Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m²	Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m²	Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m²
4 anos	Multi-série	008	48	4 anos				4 anos			
5 anos	Multi-série	03	48	5 anos				5 anos			
TOTAL DISCENTE		11		TOTAL DISCENTE				TOTAL DISCENTE			

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2026 – Sistema MegaEduca

9.3.2. Ensino Fundamental I e II

Período Matutino				Período Vespertino			
Série/Ano	Turma	Nº alunos	Sala m²	Série/Ano	Turma	Nº alunos	Sala m²
1º ano	Multi-série	06	48	1º ano			
2º ano	Multi-série	03		2º ano			
3º ano	Multi-série	06		3º ano			

4º ano	Multi-série	02	48	4º ano			
5º ano	Multi-série	14		5º ano			
6º ano	Multi-série	06	48	6º ano			
7º ano	Multi-série	05		7º ano			
8º ano	Multi-série	10	48	8º ano			
9º ano	Multi-série	07		9º ano			
TOTAL DISCENTE		60		TOTAL DISCENTE			

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2026 – Sistema MegaEduca

9.3.3. AEE – Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) atende o público-alvo da Educação Especial na instituição, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. É um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes. O AEE é realizado em uma sala de recursos multifuncionais (SRM).

O AEE ocorre em períodos específicos por semana, no contra turno. Em outros momentos, o profissional também realiza um diálogo constante com professores e estudantes.

Não é um reforço e nem uma sala em separado. O AEE é um serviço desenvolvido por um profissional especializado que, em parceria com o educador da turma, verifica as barreiras para a aprendizagem e escolhe ambientes e formas de trabalho adequadas para cada estudante.

A professora Soraia Lopes de Oliveira é a profissional responsável pelo AEE da instituição tem especialização "Latu Sensu" em Psicopedagogia Clínica e Institucional.

São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes/crianças público-alvo da Educação Especial;
- II- Elaborar e executar Plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, bem como, elaborar o Plano Anual do Atendimento Educacional Especializado;
- III- Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes/crianças na sala de recursos multifuncionais;
- IV- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V- Estabelecer parcerias com as áreas Inter setoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante/criança;

VII- Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes/crianças, promovendo autonomia e participação;

VIII- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes/crianças nas atividades escolares, auxílio na elaboração e adequações curriculares e de ambiente.

IX – Realizar o Estudo de Caso e o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, homologado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em novembro de 2024.

9.3.5. Regimento Escolar

O regimento escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Define os objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera. Dividindo as responsabilidades e atribuições de cada pessoa, evitando assim, que o gestor concentre todas as ordens, todo o trabalho em suas mãos, determinando o que cada um deve fazer e como deve fazer.

O Regimento é uma reflexão que a escola tem sobre si mesma, baseado em princípios democráticos, de acordo com a legislação e a ordem que é aplicada no país, estado e município.

A resolução do Conselho Municipal de Educação nº 06/2025 aprova o Regimento Escolar do Sistema Municipal de Educação, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.590/2022, que estabelece as diretrizes para o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino.

9.3.6. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma oportunidade de reunir os professores com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno.

No Conselho de Classe, mais do que decidir se os alunos serão aprovados ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto dos alunos quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores e organização escolar. Nele deve haver uma discussão coletiva onde serão apontadas dificuldades de alunos, professores e da instituição de ensino, a fim de buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem. Ele é um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da instituição de ensino e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam.

A equipe pedagógica deve ter em mente os alvos educacionais a serem desenvolvidos e avaliados no processo de aprendizagem dos alunos. Esses alvos devem abranger atitudes de participação, respeito e responsabilidade; construção de conhecimento e apreensão de conteúdos e conceitos; e formação do caráter e da cidadania. Nesta prática avaliativa, cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares.

O Conselho de Classe, para cumprir sua função, exige dos professores um olhar cotidiano detalhado sobre cada indivíduo para que, durante a reunião, possam contar, explicar, lembrar e definir, a partir daquilo que observaram e obtiveram como informação sobre a aprendizagem, o desenvolvimento e a história de vida de cada aluno, assim como o tipo de progressão adequada para cada um deles.

É necessário que enquanto os alunos têm seu desenvolvimento avaliado, os professores também reflitam sobre a necessidade de reformular as práticas educativas a fim de levar sugestões para somar às reflexões que serão realizadas durante o Conselho de Classe. O processo dessa participação estudantil no conselho começa com os representantes de classe reunindo as opiniões sobre a postura de cada professor com a sala e da dinâmica de seu trabalho. Após o levantamento do que gostariam que fosse mantido e do que é passível de melhora, acontece o pré-conselho. Nele, representantes de sala se reúnem com a equipe gestora para relatar as dificuldades da turma com cada professor, apontar as melhorias desde as considerações do último conselho e também apontar os alunos que precisam de mais atenção.

É importante salientar que para que o Conselho de Classe seja contabilizado como dia de efetivo trabalho escolar, integrantes dos dias letivos, devem obrigatoriamente seguir o que preconiza a Resolução CME nº 82 de 28/08/2024, no que concerne ao art. 7º, inciso I, onde lemos: As atividades escolares que compõem o dia de efetivo trabalho escolar se caracterizarão por toda e qualquer programação incluída no Projeto Pedagógico da escola, sempre com frequência exigível dos discentes, independente do quantitativo e efetiva orientação, presença e participação de professores habilitados.

9.4. Recursos Humanos

9.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica

Função	Nome	Formação Nível/área	Situação Funcional
Diretor	Keila Joaquim de Lima	Pedagogia	Efetivo
Secretário(a) Geral	Iva Néia	Agronomia/Licenciatura em Pedagogia e Biologia	Efetivo
Coord. Pedagógico Anos Iniciais	Eliane Francisco do Nascimento Braga	Licenciatura Letras	Temporário
Coord. Pedagógico Anos Finais	Eliane Francisco do Nascimento Braga	Licenciatura Letras	Temporário

FONTE: Modulação 2026

9.4.2. Docentes

Nome	Formação Inicial /área	Atuação: Série/ turno	Situação Funcional
Elaine Francisco Xavier	Licenciatura/Pedagogia	Professor Agrup. 4 e 05 anos / matutino	Temporário
Adriane da Silva de Jesus	Licenciatura/Pedagogia	Professor 1º ,2º e 3º ano / matutino	Temporário

Lidiane Nunes Siqueira	Licenciatura /Pedagogia	Professora Multissérie 4° e 5° ano/matutino	Temporário
Antônio Marcos de Jesus	Letras	Professor 4° ao 9° ano / matutino	Temporário
Millena Cristina Silva Beserra	Licenciatura / Pedagogia	Professor 1° ao 9° ano / matutino	Temporário
Soraia Lopes de Oliveira	Licenciatura /Pedagogia	Professor 6° ao 9° ano / matutino	Temporário
Oriana Sousa Barbosa	Licenciatura /Pedagogia	Profissional de Apoio Escolar/matutino	Estagiário

FONTE: Modulação 2026

9.4.3. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais

Nome	Formação	Atuação	Situação Funcional
Jailma Valeriano da Silva	Licenciatura Pedagogia	Merendeira	Efetivo
João Tavares Neto (licença)	Ensino Médio	Vigia noturno	Efetivo
João Sousa Bezerra	Ensino Médio	Vigia diurno	Temporário
Fabiana de Jesus Santos Dias	Licenciatura Pedagogia	A.S.G	Efetivo
Gleuber Gomes Figueiredo	Ensino Médio	Vigia noturno	Nomeação
Nilson Ribeiro de Deus Lima	Ensino Fundamental Incompleto	Vigia noturno	Nomeação
Kauane Gomes Figueiredo	Licenciatura Pedagogia - cursando	A.S.G	Nomeação

FONTE: Modulação 2026

10. Organização Curricular

10.1. Educação Infantil

Os conteúdos curriculares da Educação Infantil são determinados a partir de definições das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC) e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, **Resolução** CME nº 112 de 30 de outubro de 2019.

Em síntese estão pautados na definição de criança como “sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura, e, nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza o Plano Curricular da Educação com seus respectivos objetivos de aprendizagens:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem.

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. É importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em

conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. A imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais; procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

10.2. Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos: Educação Digital e Inovação

A integração da cultura digital, do pensamento computacional e de tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial (IA), ao currículo, visando a inclusão digital, o fortalecimento da cidadania e a ampliação de oportunidades no mercado de trabalho, busca desenvolver competências digitais críticas, éticas e seguras em todos os estudantes, garantindo acesso à tecnologia e à conectividade de qualidade em todas as etapas da educação básica. Para isso, é essencial capacitar os docentes para o uso pedagógico de Recursos Educacionais Digitais (REDs) e IA permitindo que integrem essas tecnologias de forma eficaz ao processo de ensino-aprendizagem. O uso da IA deve focar na personalização do aprendizado, na promoção da equidade e inclusão, sempre com atenção à ética e aos possíveis vieses, incentivando a compreensão profunda de como o aprendizado acontece. Paralelamente, é necessário fomentar a utilização de plataformas, aplicativos e bancos de objetos de aprendizagem, tornando as aulas mais dinâmicas e acessíveis, e implementar metodologias ativas, como projetos, seminários e produções digitais, que envolvam pesquisa e criatividade.

O acompanhamento da implementação será contínuo e sistemático, por meio de avaliações diagnósticas e formativas que mapeiem o desenvolvimento das competências digitais dos alunos, pesquisas periódicas com professores sobre a eficácia dos recursos e necessidade de novas formações, e monitoramento do uso da infraestrutura e dos recursos digitais. Dessa forma, busca-se promover uma educação digital transversal, inclusiva e integrada a todos os componentes curriculares do Ensino Fundamental e da EJA, preparando os estudantes para os desafios de um mundo em constante transformação tecnológica.

Os conteúdos curriculares são determinados pela Base Nacional Comum Curricular e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, Resolução CME 30/2019.

Os componentes Curriculares do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos estão organizados em áreas de conhecimento com competências específicas para o alcance das competências gerais de aprendizagem pautadas na BNCC:

LINGUAGENS	Língua Portuguesa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem. 2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social. 3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo. 4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos. 5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual. 6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais. 7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias. 8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.). 9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura. 10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.
	Arte	<ol style="list-style-type: none"> 1. Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, para reconhecer a arte como um fenômeno cultural, histórico, social e sensível a diferentes contextos e dialogar com as diversidades. 2. Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações. 3. Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais – especialmente aquelas manifestas na arte e nas culturas que constituem a identidade brasileira –, sua tradição e manifestações contemporâneas, reelaborando--as nas criações em Arte. 4. Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte. 5. Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística. 6. Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade. 7. Problematicar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas. 8. Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes. 9. Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.

CIÊNCIAS HUMANAS	Educação Física	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual. 2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo. 3. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais. 4. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas. 5. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes. 6. Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam. 7. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos. 8. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde. 9. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário. 10. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
	Língua Inglesa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho. 2. Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social. 3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna/outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade. 4. Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas. 5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável. 6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.
	Geografia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/ natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas. 2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história. 3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem. 4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas. 5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia. 6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza. 7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

	História	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo. 2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica. 3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito. 4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. 5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações. 6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica. 7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.
MATEMÁTICA	Matemática	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho. 2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo. 3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções. 4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes. 5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados. 6. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados). 7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza. 8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico. 2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. 3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza. 4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho. 5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza. 6. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética. 7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias. 8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.
ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos. 2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios. 3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida. 4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver. 5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente. 6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

10.3. Orientações Metodológicas e Ações Pedagógicas

Tema: Plano Curricular Municipal alinhado à BNCC (PCM)
<p>Orientação Metodológica: Direciona a construção do currículo da escola, assegurando que todas as práticas pedagógicas estejam alinhadas às diretrizes da BNCC.</p> <p>Ação Pedagógica: Orienta o planejamento de aulas e atividades de forma a garantir que os conteúdos abordados atendam às competências e habilidades previstas na BNCC. O PCM é encontrado no diários eletrônico do sistema MegaEduca.</p>

Tema: Programa AlfaMais Goiás – Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada

Orientação Metodológica:

Oferece um modelo pedagógico focado na alfabetização eficiente no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

Ação Pedagógica:

Implementação de atividades de leitura e escrita que priorizam a alfabetização, utilizando as ferramentas do programa, com acompanhamento contínuo dos educadores e avaliação dos alunos.

Tema: Planejamento Semanal

Orientação Metodológica:

O Planejamento Semanal do professor é essencial para garantir a organização e a eficácia das práticas pedagógicas. Alinhado ao plano curricular municipal, ele permite ao docente planejar e executar as atividades de acordo com as competências e habilidades estabelecidas para cada etapa da educação. O uso de livros didáticos e plataformas digitais, que oferecem avaliações contínuas e testes de fluência, assegura que o professor acompanhe o progresso dos alunos e ajuste suas estratégias de ensino. Além disso, a inserção do **pensamento computacional** e da **consciência ambiental**, previstos na Matriz Curricular Municipal (encontrado no diário sistema MegaEduca), contribui para a formação de alunos preparados para os desafios tecnológicos e socioambientais do futuro.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com o planejamento do professor, alinhado ao **Plano Curricular Municipal (PCM)**. Este planejamento inclui o uso **dos livros didáticos, o Livro LEIA e as plataformas digitais**, com foco em avaliações contínuas e atividades que promovam o desenvolvimento das habilidades dos alunos. O professor deve ajustar suas práticas de ensino com base nas respostas dos alunos ao conteúdo e nas estratégias aplicadas em sala de aula, assegurando a evolução de todos os estudantes. Além disso, o planejamento deve incorporar o **pensamento computacional**, que estimula o desenvolvimento de habilidades lógicas e tecnológicas, e a **consciência ambiental**, que sensibiliza os alunos sobre a importância da sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, temas que fazem parte do PCM. Dessa forma, o professor cria um ambiente de aprendizagem que vai além do conteúdo tradicional, preparando os alunos para as demandas do futuro.

Tema: Fluência Leitora

1. **Diagnóstico inicial:** Avaliar o nível de fluência com palavras, pseudopalavras e textos.
2. **Práticas diárias de leitura:** Leitura em voz alta, leitura compartilhada e repetição de textos.
3. **Trabalho com pseudopalavras:** Exercícios para decodificação e fluência.
4. **Simulados periódicos:** Preparar os alunos para os testes de entrada e saída com simulações regulares.
5. **Acompanhamento individualizado:** Sessões de reforço com base nos resultados das avaliações.
6. **Uso do Data-show:** Retroprojeção de palavras, pseudopalavras e textos de edições anteriores, com imagens associadas, para apoiar alunos com dificuldades e promover inclusão.

Tema: SIAM**Orientação Metodológica:**

O SIAM oferece recursos que permitem aos educadores acompanhar o desempenho dos estudantes, identificar áreas que necessitam de reforço e planejar estratégias pedagógicas alinhadas às necessidades específicas de cada aluno.

Ação Pedagógica:

Com base nas informações fornecidas pelo SIAM, os professores podem monitorar o progresso dos alunos, identificar necessidades de intervenção, planejar ações pedagógicas, elaborar planos de aula direcionados, implementar atividades que atendam às demandas identificadas e avaliar continuamente a eficácia dessas ações, promovendo um ambiente de aprendizagem mais eficaz e personalizado.

Tema: Avaliações Contínuas das Aprendizagens (Plataforma Criança Alfabetizada)**Orientação Metodológica:**

Plataforma que oferece avaliações formativas para estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental dos seguintes componentes: Leitura, Escrita, Fluência em Leitura e Matemática.

Acesse os testes aplicados nos anos anteriores. São três, sendo o CICLO I aplicado em março:
<https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/index.html#!/minhapagina> (Coleção de Avaliações)

Ação Pedagógica:

Acompanhamento contínuo das habilidades de leitura, escrita e matemática, com ajustes pedagógicos baseados nos resultados das avaliações da Plataforma Criança Alfabetizada, garantindo que as necessidades de cada aluno sejam atendidas de forma personalizada. As avaliações contínuas são organizadas de acordo com os Ciclos de Aprendizagem:

- **Ciclo I** (Infância - Anos iniciais do Ensino Fundamental): Foca nas primeiras fases da alfabetização e letramento, avaliando o desenvolvimento de habilidades básicas de leitura e escrita.
- **Ciclo II** (Início da consolidação de habilidades): Aplica-se a alunos em processo de consolidação do aprendizado, com ênfase em interpretação de textos e produção escrita.
- **Ciclo III** (Fase de proficiência e autonomia): Avalia a fluência e a capacidade de compreender e produzir textos de forma mais autônoma.

Tema: Parada Pedagógica/Reflexão Pedagógica**Orientação Metodológica:**

- 1- Promover a formação contínua do professor
- 2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas
- 3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas
- 4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica
- 5 - Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas
- 6-Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros
- 7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas

Ação Pedagógica:**1- Promover a formação contínua do professor:**

Incentivar a reflexão crítica do professor sobre sua prática docente, permitindo que ele reconstrua seus processos e escolhas pedagógicas a partir dessa reflexão.

2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas:

Realizar reuniões com objetivos claros e diretos, mas também oferecer espaço para dinâmicas e atividades interativas que promovam o aprendizado colaborativo e a melhoria do relacionamento entre os professores.

3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas:

Definir diretrizes claras para garantir que as Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas sejam efetivos momentos de formação continuada e orientação pedagógica.

4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica:

As Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas devem ocorrer no horário letivo regular, conforme o Calendário Municipal, respeitando a rotina escolar e sem prejudicar o funcionamento das instituições.

5- Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas:

Quando o Conselho Escolar participar, a presença dos alunos não será obrigatória nesses momentos, permitindo que a formação seja focada no desenvolvimento dos educadores.

6- Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros:

Planejar as Paradas Pedagógicas com metas e objetivos bem definidos pelo Departamento Pedagógico da SME, garantindo que sejam momentos de formação contínua e alinhados com as necessidades pedagógicas.

7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas:

As Paradas Pedagógicas devem incluir todos os funcionários da escola, não se limitando aos professores, promovendo uma abordagem colaborativa e integrada em toda a instituição.

Tema: Formação Continuada**Orientação Metodológica:**

Visa promover o aprimoramento constante dos professores, com foco no desenvolvimento profissional e na atualização pedagógica.

Ação Pedagógica:

Realização de cursos, oficinas e encontros formativos periódicos para os educadores, com foco em novas metodologias de ensino, práticas de alfabetização, estratégias de inclusão e demais conteúdos que favoreçam o desenvolvimento da prática pedagógica e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Tema: Busca ativa**Orientação Metodológica:**

A busca ativa é essencial para garantir a permanência e o engajamento dos estudantes na escola, especialmente aqueles em risco de evasão. A chamada diária é uma prática fundamental, pois permite detectar ausências rapidamente. Além disso, é imprescindível que o professor ou coordenador informe, diariamente, aos pais ou responsáveis sobre a falta do aluno, seja por celular ou por mensagem no grupo de WhatsApp da série do(a) aluno(a). Essa comunicação imediata

contribui para que a família seja alertada e possa tomar as providências necessárias para garantir a frequência escolar e evitar que a criança se desvie para outros lugares no caminho para a escola ou fique exposta a outros riscos. A colaboração com o Conselho Tutelar e o preenchimento da ficha AMAI são passos importantes para registrar e monitorar situações de extrema ausência, possibilitando uma resposta eficiente e direcionada.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica deve incluir uma série de intervenções diretas e específicas para combater as ausências. Quando um aluno falta, a escola deve imediatamente entrar em contato com a família, seja por telefone ou através do grupo de WhatsApp de sua turma, para entender as razões da falta e oferecer apoio. O preenchimento da ficha AMAI (Acompanhamento de Menores em Atendimento Individual) deve ser feito para registrar situações de extrema ausência e, com isso, oferecer uma resposta mais eficiente e direcionada. Outra ação importante é o envolvimento do Conselho Tutelar, caso identifique-se alguma situação de risco mais grave. A integração desses esforços é essencial para garantir que as crianças não falem à aula, pois cada ausência prejudica o seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Ainda, a coordenação de cada escola deve transferir as faltas semanais pelo Sistema MegaEduca e informar aos responsáveis que o número de ausência leva à reprovação por faltas.

Tema: Campanha de Renovação de Matrículas

Orientação Metodológica:

A renovação de matrícula é um processo essencial para a continuidade da educação e organização das turmas. A matrícula não ocorre automaticamente e requer a assinatura dos pais na ficha de renovação, além da entrega de documentos como a comprovação de vacinação. Muitos pais/ou responsáveis têm alegado não ter recebido o comunicado da escola ou acreditado que a renovação seria automática, resultando em um número elevado de matrículas não renovadas. Quando as aulas começam, e os pais buscam tardiamente regularizar a matrícula, as vagas muitas vezes já estão ocupadas por alunos novatos. O não cumprimento dessa importante etapa afeta a organização interna da escola e os registros no sistema MegaEduca, impactando o planejamento das turmas e a contagem de alunos na rede municipal de ensino.

Ação Pedagógica:

A fim de evitar essas complicações e garantir que todos os alunos continuem suas atividades escolares sem interrupções, a escola vai reforçar a **Campanha de Renovação de Matrículas**, com o objetivo de informar e engajar os pais e responsáveis no processo, esclarecendo sobre a importância de manter a matrícula renovada dentro do prazo.

Ações da campanha:

- 1- **Comunicação proativa:** Serão enviados comunicados mais frequentes, via diversos canais (como bilhetes, redes sociais, grupos de whatsapp da turma, pulseirinhas ou crachás de papel...) para reforçar a necessidade da renovação de matrícula.
- 2- **Prazos claros:** Estabelecimento de prazos específicos e divulgação de datas de forma antecipada, para evitar confusões e omissões.

- 3- **Suporte na regularização:** A escola estará disponível para fornecer informações sobre os documentos necessários e oferecer apoio na obtenção da declaração de vacinação, como parceria com os postinhos de saúde.
- 4- **Acompanhamento de casos específicos:** Para as famílias que têm dificuldade em comparecer à escola dentro do horário estipulado ou que se recusam a ir, será feita uma ação de sensibilização para que essas questões sejam resolvidas a tempo.

Tema: Acolhida

Orientação Metodológica:

A acolhida na escola é um componente essencial para o estabelecimento de um ambiente seguro e acolhedor para alunos e responsáveis. Desde o momento da entrada, seja no portão, na secretaria, na sala da coordenação ou nas reuniões de pais, a forma como a comunidade escolar recebe a todos reflete o compromisso da escola com o bem-estar e desenvolvimento dos estudantes. Uma recepção calorosa e atenciosa, mesmo diante de possíveis adversidades, é fundamental para minimizar conflitos e promover um ambiente de confiança, que contribui diretamente para o bom desempenho escolar. A comunicação eficaz e respeitosa é uma prática que fortalece o relacionamento entre a escola e a família, evitando mal-entendidos e criando uma base sólida para a parceria educacional.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com a criação de um ambiente acolhedor e receptivo desde a chegada dos alunos e seus responsáveis, refletindo na prática pedagógica o respeito e a empatia pela comunidade escolar. A comunicação com os pais deve ser contínua e eficaz, garantindo que suas demandas sejam atendidas prontamente, sem que precisem sair da escola com pendências. Isso fortalece a confiança e o compromisso tanto dos alunos quanto dos pais com o processo educacional. Além disso, ao cultivar uma relação socioafetiva e emocional positiva, a escola contribui para o desenvolvimento emocional dos alunos, o que é fundamental para seu aprendizado e sucesso. O acolhimento e a valorização da família são essenciais para fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade, criando um ambiente de aprendizagem mais saudável e eficaz.

Tema: Intervenção Pedagógica

Orientação Metodológica:

- 1- Acompanhamento das rotinas
- 2- Recuperação Paralela
- 3- Padronização das atividades
- 4- Correção de atividades
- 5- Dificuldades de aprendizagem
- 6- Registro de situações atípicas
- 7- Exposição de materiais nas salas de aula
- 8- Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil e Alfabetização
- 9 - Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos
- 10- Conhecimento da BNCC
- 11- Comprometimento com a formação continuada
- 12- Gestão da hierarquia e normas escolares
- 13 - Organização do ambiente escolar

Ação Pedagógica:

1- Acompanhamento das rotinas:

Os Coordenadores devem realizar o acompanhamento de rotinas como diários, planejamentos, leitura, tabuada, Recuperação Paralela etc., bem como registrar as observações referentes à rotina de planejamento e registro de aulas, entre outros.

2- Recuperação Paralela:

O coordenador pedagógico deve zelar para que a Recuperação Paralela aconteça de forma coerente com o objetivo a que se propõe. Para que haja esse acompanhamento, intensifique a observação da retomada de conteúdos após as avaliações e, se necessário, alerte a família.

3- Padronização das atividades:

Padronizar a apresentação das atividades, avaliações com cabeçalhos, margens e organização. Se os professores forem caprichosos, ensinarem os alunos, eles também o serão.

4- Correção de atividades:

Os professores devem fazer a correção dos cadernos “do cabeçalho ao final da atividade”, mesmo que a correção seja feita no quadro. Os coordenadores devem acompanhar para que essa obrigação do professor do EF I seja cumprida. Na Educação Infantil, a correção deve ser feita preferencialmente na presença do aluno, como momento de construção de aprendizagem.

5-Dificuldades de aprendizagem:

As dificuldades de aprendizagem devem ser trabalhadas pelo professor regente de turma, sob orientação do coordenador pedagógico, utilizando diferentes formas e recursos de ensino, sempre procurando promover o aprendizado do aluno.

6-Registro de situações atípicas:

Registrar todas as situações atípicas ao cotidiano escolar.

7-Exposição de materiais nas salas de aula:

O coordenador pedagógico deve zelar para que a exposição de materiais em sala de aula seja de possível acesso para o aluno, respeitando sua altura.

8-Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil e Alfabetização:

Na Educação Infantil e Alfabetização, em observância aos campos de experiência, evitar o excesso de atividades xerocadas e/ou repetitivas. A criança deve ser levada a pensar e construir.

9-Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos:

Considerar a criança ativa, exploradora e criadora de sentidos, utilizando espaços que deem apoio aos seus movimentos, que incentivem sua autoria e autonomia, e contribuam para a diversificação de suas possibilidades.

10-Conhecimento da BNCC:

O coordenador pedagógico deve conhecer e garantir que os professores conheçam a abordagem curricular da BNCC e os direitos de aprendizagem das crianças na Educação Infantil, além das Competências Específicas no Ensino Fundamental.

11-Comprometimento com a formação continuada:

O coordenador pedagógico deve comprometer-se e garantir que os professores se comprometam com ações que visem implementar os paradigmas refletidos durante as formações continuadas.

12-Gestão da hierarquia e normas escolares:

A instituição escolar tem uma hierarquia, normas a serem seguidas, bem como seus profissionais. Os comportamentos que prejudicam o bom andamento da instituição ou que ferem a harmonia escolar devem ser geridos com firmeza, observando os aspectos legais, os princípios da boa convivência e do respeito. O registro cientificado e testemunhado é um documento.

13-Organização do ambiente escolar:

Cuidar para que o ambiente escolar não seja poluído com cartazes e desenhos. O excesso tira o efeito pedagógico. A limpeza e organização do ambiente escolar atraem e motivam.

11. Iniciativas Educacionais

11.1. Projetos municipalizados e institucionais

ESCOLA TRANSFORMA (EDUCARE/NUTRIEN)	
Proponente:	Parceria com Educare e NutriEn
Justificativa:	Promover a transformação social através da educação e nutrição, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e saúde.
Objetivo Geral:	Desenvolver competências sociais e nutricionais, promovendo uma vida mais saudável e consciente.
Metodologia:	Programas de alimentação saudável, treinamento de nutrição e atividades sociais.
Público-alvo:	Alunos do 1º ao 5º ano.
Resultados esperados:	Melhoria na qualidade de vida, maior conscientização sobre hábitos alimentares saudáveis.

PROJETO DOURADINHO	
Proponente:	Iniciativa Municipal e apoio comunitário
Justificativa:	É uma ação cultural de educação ambiental voltado para a preservação dos rios e matas ciliares. Seu embaixador é o peixe cascudo Douradinho personagem do livro infanto-juvenil “Amiga lata, Amigo Rio”, de Thiago Cascabulho.
Objetivo Geral:	Incentivar a leitura e a educação ambiental, promovendo a preservação dos rios e matas ciliares.
Metodologia:	
Público-alvo:	Alunos da pré-escola ao ensino fundamental dos anos iniciais e finais.
Resultados esperados:	Promover a preservação ambiental por meio da leitura e conscientização, permitindo que os estudantes vejam o mundo com outros olhos e se divirtam aprendendo sobre os rios e matas ciliares.

PROJETO COMBATE AO BULLYING	
Proponente:	Escolas Cumprir Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015.
Justificativa:	O bullying e o cyberbullying têm um impacto negativo no ambiente escolar e no bem-estar dos alunos. Este projeto visa promover a conscientização sobre o tema, criando um ambiente mais seguro e acolhedor, com foco na prevenção e combate dessas práticas, além de incentivar o respeito às diferenças e a construção de uma cultura de paz.

Objetivo Geral:	Promover a conscientização e prevenção ao bullying e ao cyberbullying no ambiente escolar, criando espaços de diálogo, mobilizando alunos, pais e professores, e incentivando a construção de uma cultura de paz, respeito às diferenças e empatia entre todos os membros da comunidade escolar.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> * Espaços de escuta: Rondas de conversa com alunos, professores e funcionários para discutir o bullying e cyberbullying. * Atividades pedagógicas: Oficinas e concursos sobre bullying, utilizando artes e literatura. * Formação: Palestras e workshops para professores e pais sobre prevenção e identificação de bullying. * Campanhas de conscientização: Divulgação de materiais informativos sobre o tema. * Apoio psicológico: Atendimento individualizado para alunos que necessitem de apoio.
Público-alvo:	Alunos da Rede Municipal de Educação.
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> * Aumento da conscientização sobre bullying e cyberbullying. * Redução dos casos de bullying na escola. * Ambiente escolar mais seguro e acolhedor. * Promoção de uma cultura de paz e respeito. * Maior engajamento de pais e professores no combate ao bullying.
	<p>Visite o perfil de instagram: https://www.instagram.com/mineducacao/ <i>Post: Escola que protege</i></p>

RESGATANDO O CIVISMO - SEMANA DA PÁTRIA

Proponente:	SME e escolas
Justificativa:	Promover o civismo e a valorização da história e da cultura nacional.
Objetivo Geral:	Reforçar a importância dos símbolos nacionais e da Independência. A Semana da Pátria é comemorada no Brasil entre os dias primeiro e sete de setembro, e tem o objetivo de lembrar a Independência do Brasil, declarada por Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga no dia sete de setembro de 1822.
Metodologia:	Atividades e eventos comemorativos, palestras, desfiles e apresentações.
Público-alvo:	Alunos do 1º ao 9º e comunidade.
Resultados esperados:	Valorização da história e cultura nacional, fortalecimento do civismo nas escolas e comunidade.

OLIMPÍADA MIRIM DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Proponente:	Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)
Justificativa:	O Sucesso da OBMEP NÍVEL A, dedicada a alunos do 4º e do 5º ano do Ensino Fundamental, motivou o IMPA a criar a OLIMPÍADA MIRIM que buscará novos talentos da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Objetivo Geral:	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular e promover o estudo da Matemática; - Estimular o estudo da matemática e identificar talentos na área.

	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, possibilitando que um maior número de alunos brasileiros possa ter acesso a material didático de qualidade; - Identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso em universidades, nas áreas científicas e tecnológicas; - Incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional; - Contribuir para a integração das escolas brasileiras com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e com as sociedades científicas; - Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.
Metodologia:	A Olimpíada Mirim é composta por duas fases , ambas aplicadas pelas escolas. A primeira etapa consiste em uma prova classificatória com 15 questões de múltipla escolha. Alunos classificados nesta etapa poderão participar da segunda fase, também composta de 15 questões objetivas.
Público-alvo:	Estudantes do 2º, 3º, 4º e 5º anos.
Resultados esperados:	Melhoria no desempenho em matemática, aumento do interesse pela disciplina.

OLIMPÍADA BRASILEIRA DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Proponente:	Instituto Pedro II Ministério da Educação (MEC) Fundação Santillana
Justificativa:	Estimular a escrita criativa e reflexiva entre os estudantes, promovendo o desenvolvimento das habilidades de produção textual e reflexão crítica.
Objetivo Geral:	Desenvolver habilidades linguísticas dos estudantes, incentivando a reflexão sobre temas sociais e culturais.
Metodologia:	Realização de competições de produção textual nas modalidades: Artigo de Opinião, Crônica, Memórias Literárias e Poema.
Público-alvo:	Estudantes do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental.
Resultados esperados:	Desenvolvimento da escrita criativa e crítica, aumento da percepção sobre temas sociais e culturais.

-SEMANA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER- -DIA INTERNACIONAL DA MULHER- -03 a 09 de março-	
Proponente:	Governo Federal, Movimentos Sociais, ONGs e Organizações de Direitos Humanos e escolas
Justificativa:	Sensibilizar a comunidade escolar sobre a violência contra a mulher e promover o respeito e a igualdade de gênero.
Objetivo Geral:	Combater a violência de gênero e promover a igualdade e o respeito mútuo.
Metodologia:	Palestras , campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.

Resultados esperados:	conscientização sobre violência contra a mulher, promoção de uma cultura de respeito e igualdade.
------------------------------	---

SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA

-21 a 28 de agosto-

Proponente:	Governo Federal (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) e Organizações da Sociedade Civil
Justificativa:	Sensibilizar a sociedade sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, promovendo sua inclusão e cidadania.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão social, a acessibilidade e a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.
Metodologia:	Realização de eventos educativos, palestras, rodas de conversa, campanhas de conscientização, exposições e ações inclusivas.
Público-alvo:	Pessoas com deficiência intelectual e múltipla, suas famílias, educadores e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Maior inclusão social, sensibilização sobre os direitos das pessoas com deficiência e promoção da igualdade.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

-20 de novembro-

Proponente:	Movimentos Sociais, Entidades Negras, Governo Federal
Justificativa:	Refletir sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira e destacar a luta contra o racismo e discriminação. Homenagear Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, e ressaltar a importância das discussões e ações para combater o racismo e a desigualdade social, especialmente no Dia da Consciência Negra e no mês de novembro. Além disso, celebrar a cultura afro-brasileira e os avanços na luta do povo negro.
Objetivo Geral:	Promover reflexões sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira, destacando a luta contra o racismo e a discriminação, e celebrando a cultura afro-brasileira.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> * Desenvolver projetos antirracistas dentro da escola, promovendo ações de conscientização com a comunidade escolar e além dos muros da instituição. * Incentivar a disseminação de mensagens antirracistas, ampliando o alcance da reflexão para fora da escola. *Trabalhar com os estudantes para que reconheçam a existência do racismo e compreendam a necessidade urgente de combatê-lo, dando visibilidade à temática em diferentes contextos.
Público-alvo:	Estudantes, educadores, comunidades escolares e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Valorizar a cultura afro-brasileira, aumentar a conscientização sobre o racismo e promover a igualdade de direitos.

COMBATE AO RACISMO E AO PRECONCEITO RACIAL

Proponente:	Governo Federal - Lei nº 10.639/03
--------------------	---

Justificativa:	A lei surge como resposta à luta histórica do movimento negro no Brasil, com o objetivo de combater o racismo e o preconceito racial. Busca promover a valorização da história e cultura afro-brasileira, reconhecendo sua importância na construção da sociedade brasileira e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.
Objetivo Geral:	Tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas, visando promover a reflexão sobre a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira e no combate ao racismo, preconceito étnico-racial e discriminação social.
Metodologia:	A implementação deve ser feita através da integração do conteúdo sobre a história e cultura afro-brasileira aos currículos escolares, com ênfase nas disciplinas de literatura, história e educação artística. A utilização de personagens e narrativas afro-brasileiras e afrodiáspóricas contribui para o afroletramento, tornando o ensino mais dinâmico, representativo e conectando os estudantes com a realidade histórica e cultural negra.
Público-alvo:	Estudantes do Ensino Fundamental
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> • Maior conscientização e valorização da história e cultura afro-brasileira entre os estudantes. • Contribuição para a formação de uma sociedade mais inclusiva, com respeito à diversidade e ao combate ao racismo. • Desenvolvimento de uma educação mais crítica e reflexiva, com a construção de um currículo que reflita a pluralidade e as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes. • Criação de um ambiente educacional que favoreça a igualdade racial e a inclusão social, preparando os jovens para um futuro mais justo e igualitário.

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E INCLUSÃO	
Proponente:	Governo do Estado de Goiás - Secretaria de Educação, em parceria com escolas e organizações de promoção da igualdade racial.
Justificativa:	A desigualdade racial no Brasil, e em particular em Goiás, tem raízes históricas profundas, que se refletem na discriminação, falta de acesso e na marginalização de grupos étnicos e raciais, como a população negra e indígena. No ambiente escolar, essa desigualdade se traduz em evasão escolar, baixa performance educacional e barreiras no acesso a oportunidades iguais. O combate ao racismo e à exclusão racial nas escolas é, portanto, uma necessidade urgente para garantir um ensino de qualidade e equitativo, promovendo a inclusão e a valorização da diversidade. A implementação de um programa que promova a diversidade étnico-racial e a inclusão visa reduzir esses índices de desigualdade, permitindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem racial ou étnica, tenham acesso a um ambiente educacional justo, respeitoso e igualitário. Além disso, ao abordar o tema da diversidade racial de forma proativa, cria-se um ambiente de aprendizado mais inclusivo e enriquecedor para todos.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão e o respeito à diversidade étnico-racial nas escolas públicas estaduais de Goiás, criando um ambiente educacional mais igualitário, respeitoso e livre de discriminação racial. O objetivo é garantir que todos os

	alunos, especialmente os negros, indígenas e outras minorias étnicas, tenham igualdade de oportunidades e sintam-se representados e acolhidos no espaço escolar.
Metodologia:	<p>* Capacitação de Educadores: Realização de oficinas e treinamentos para professores, gestores e funcionários da escola sobre a importância da inclusão racial, combate ao racismo e promoção de uma cultura de respeito e equidade.</p> <p>* Adaptação Curricular: Desenvolvimento de conteúdos pedagógicos que abordem a história e a cultura de diferentes grupos étnicos e raciais, integrando o tema da diversidade de maneira transversal nos diferentes componentes curriculares.</p> <p>* Campanhas de Conscientização: Organização de atividades culturais, como exposições, palestras, e eventos que promovam a reflexão sobre as questões raciais, estimulando o respeito pela diversidade entre os estudantes.</p> <p>* Ações Afirmativas: Implementação de programas de apoio para estudantes negros, indígenas e outras minorias, com o intuito de garantir a sua permanência e sucesso na educação, como mentorias, bolsas de estudo, e espaços para discussão e troca de experiências.</p> <p>* Monitoramento e Avaliação: Criação de um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia do programa, identificando obstáculos e ajustando as ações conforme necessário.</p>
Público-alvo:	Estudantes de todas as séries e comunidade escolar.
Resultados esperados:	<p>* Redução da Evasão Escolar: A medida que os alunos se sentem mais incluídos e respeitados em um ambiente escolar livre de discriminação, espera-se que a evasão escolar, especialmente entre grupos étnicos e raciais marginalizados, diminua.</p> <p>* Aumento na Performance Escolar: Com a adoção de práticas pedagógicas mais inclusivas e respeitadas, espera-se que os alunos se sintam mais motivados e engajados, o que resultará em um aumento no desempenho acadêmico de todos os estudantes, especialmente dos grupos mais vulneráveis.</p> <p>* Maior Representatividade e Apreciação da Diversidade: As atividades culturais e educativas vão permitir que os alunos reconheçam e apreciem as diversas culturas e histórias presentes no Brasil, criando uma sociedade mais tolerante e inclusiva.</p> <p>* Fortalecimento da Identidade e Autoestima: O programa ajudará os estudantes a fortalecerem sua identidade étnico-racial e a valorizarem suas origens, contribuindo para o aumento da autoestima e confiança no ambiente escolar.</p> <p>* Redução de Atos Discriminatórios: Com a capacitação de educadores e a implementação de políticas inclusivas, espera-se uma redução significativa de atos discriminatórios no ambiente escolar, criando um espaço mais seguro e respeitoso para todos.</p>

-18 de maio-

Proponente:	Governo Federal e Organizações de Defesa dos Direitos da Criança -Lei 9.970/2000
Justificativa:	Sensibilizar a Combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, e promover a proteção integral a essa população.
Objetivo Geral:	Conscientizar a sociedade sobre os direitos das crianças e adolescentes e a importância de denunciar casos de abuso e exploração sexual.
Metodologia:	Campanhas de sensibilização, palestras educativas, distribuição de material informativo e ações comunitárias.
Público-alvo:	Crianças, adolescentes, educadores.
Resultados esperados:	Maior conscientização sobre o combate ao abuso e exploração sexual, aumento nas denúncias e melhor proteção de crianças e adolescentes.

DIA DO MEIO AMBIENTE

-05 de Junho-

Proponente:	Organização das Nações Unidas (ONU), governos, ONGs e escolas
Justificativa:	Promover a conscientização ambiental e estimular práticas sustentáveis entre alunos e comunidade.
Objetivo Geral:	Desenvolver ações educativas de preservação ambiental.
Metodologia:	Atividades de limpeza, plantio de árvores, palestras sobre sustentabilidade.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Aumento da conscientização ambiental, engajamento em práticas sustentáveis.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Proponente:	MEC (implementação nos currículos escolares) - Lei nº 9.795.
Justificativa:	A educação ambiental é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e responsável. A Lei nº 9.795/1999 reconhece o direito à educação ambiental para todos, estabelecendo que ela deve ser incorporada em todos os níveis e modalidades de ensino, visando a formação de cidadãos capazes de compreender e atuar frente aos desafios ambientais.
Objetivo Geral:	Promover a educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo, assegurando o direito de acesso à educação ambiental. O objetivo é formar cidadãos críticos, conscientes e engajados na preservação e promoção de um ambiente sustentável.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none">• Inclusão da educação ambiental em currículos escolares e atividades pedagógicas, em todas as etapas de ensino.• Desenvolvimento de projetos e ações educativas que abordem questões ambientais locais e globais.• Capacitação de educadores para integrar o tema ambiental no processo educativo de forma interdisciplinar.

	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de metodologias participativas e práticas que envolvam os estudantes em ações de preservação ambiental.
Público-alvo:	Atingir todos os segmentos da sociedade, com foco na comunidade escolar (educadores, alunos e gestores), incluindo também a sociedade em geral, garantindo o acesso ao conhecimento ambiental a todos os cidadãos.
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> * Formação de cidadãos críticos e conscientes sobre questões ambientais. * Ampliação do conhecimento sobre sustentabilidade e práticas ambientais responsáveis. * Integração da educação ambiental no cotidiano escolar e social. * Criação de uma cultura de respeito e cuidado com o meio ambiente, conforme os princípios da Lei nº 9.795.
Educação ambiental e empreendedorismo	A conexão entre educação ambiental e empreendedorismo é fundamental para cultivar uma nova geração de cidadãos não apenas conscientes dos desafios ambientais, mas também capazes de agir de forma inovadora e empreendedora para resolver esses problemas. O empreendedorismo sustentável cria oportunidades para a geração de negócios que respeitam e promovem a saúde ambiental, transformando desafios em soluções criativas e economicamente viáveis. Integrar esses conceitos desde cedo no currículo escolar permite que os estudantes se tornem líderes e agentes de mudança no futuro, construindo uma sociedade mais equilibrada e sustentável.

FAICRIS - FEIRA AGROINDUSTRIAL, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CRISTALINA

Proponente:	Parceria com a Prefeitura de Cristalina
Justificativa:	Promover o desenvolvimento local, o empreendedorismo e o engajamento da comunidade em atividades culturais e comerciais.
Objetivo Geral:	Estimular o empreendedorismo local e fortalecer a economia da cidade.
Metodologia:	Exposições de produtos, apresentações culturais, e mostras sobre negócios e empreendedorismo.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Promoção do empreendedorismo local, valorização da cultura regional e fortalecimento da economia local.

FEIRA CULTURAL E TECNOLÓGICA

OPÇÃO 2 – AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS CULTURAS – “AGRICULTURA QUE ALIMENTA, CULTURA QUE ENCANTA”

Proponente:	SME e escolas da Rede Municipal -Trabalhar a Feira Cultural a partir do tema Educação Climática
Justificativa:	A crescente necessidade de conscientização ambiental exige que crianças e jovens compreendam seu papel no cuidado com o meio ambiente. A Feira Cultural e Tecnológica busca promover essa reflexão, alinhando-se às diretrizes da BNCC para a educação infantil e os anos iniciais e finais do ensino

	fundamental, favorecendo a formação crítica e ética dos estudantes sobre questões ambientais.
Objetivo Geral:	Desenvolver a consciência ambiental dos alunos, estimulando práticas sustentáveis desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental, em consonância com as competências da BNCC, que valorizam o respeito e cuidado com o meio ambiente.
Metodologia:	<p>* Educação Infantil: Atividades lúdicas que abordem questões ambientais de forma interativa, favorecendo a compreensão das crianças sobre a natureza e a sustentabilidade.</p> <p>* Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais): Projetos interdisciplinares, exposições e oficinas sobre temas como reciclagem, consumo responsável, e preservação dos recursos naturais.</p> <p>* Discussões em grupo e palestras com especialistas, seguindo as competências da BNCC para a formação ética e cidadã.</p>
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	<p>* Educação Infantil: Desenvolvimento de valores ambientais desde cedo, estimulando hábitos de respeito à natureza.</p> <p>* Ensino Fundamental: Conscientização crítica dos estudantes sobre questões ambientais, alinhada às competências da BNCC, como a promoção da sustentabilidade e da cidadania ambiental.</p> <p>* Engajamento das famílias na prática de ações sustentáveis no cotidiano escolar e doméstico.</p>

PROJETO DE EDUCAÇÃO DIGITAL E CULTURA COMPUTACIONAL	
Proponente:	Unidade Escolar, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação e equipe pedagógica.
Justificativa:	Considerando o avanço das tecnologias digitais na sociedade e as orientações da BNCC e da BNCC da Computação, torna-se necessário fortalecer a cultura digital no contexto escolar. Observa-se a presença de recursos tecnológicos, conectividade nas instituições municipais e iniciativas pedagógicas inovadoras, porém ainda existem desafios relacionados à formação continuada, ao uso pedagógico qualificado das tecnologias, à infraestrutura, à inclusão digital e à compreensão conceitual entre Educação Digital, Tecnologias Digitais na Educação e Ensino da Computação. Assim, o projeto busca estruturar ações que promovam o uso crítico, ético e pedagógico das tecnologias, ampliando oportunidades de aprendizagem e inovação.
Objetivo Geral:	Promover o desenvolvimento da cultura digital e das competências relacionadas à BNCC da Computação, fortalecendo práticas pedagógicas inovadoras, ampliando os saberes digitais da comunidade escolar e incentivando o uso significativo das tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem.
Metodologia:	O projeto será desenvolvido por meio de formação continuada para professores e equipe gestora, utilização de recursos digitais e plataformas educacionais, incentivo a metodologias ativas e práticas gamificadas, integração de videoaulas e ferramentas tecnológicas já disponíveis na escola,

	além da busca por parcerias institucionais para apoio pedagógico e troca de experiências. As ações ocorrerão de forma progressiva e avaliativa, priorizando o uso pedagógico consciente das tecnologias e a inclusão digital.
Público-alvo:	Estudantes da Educação Básica, professores, equipe gestora e comunidade escolar.
Resultados esperados:	Espera-se ampliar os saberes digitais dos docentes e estudantes, incentivar práticas pedagógicas inovadoras, reduzir a subutilização dos equipamentos tecnológicos, fortalecer a inclusão digital e promover maior engajamento nas aprendizagens, contribuindo para a consolidação da cultura digital no contexto institucional.

SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TEA - 01 a 07 de abril-	
Proponente:	AEE - Lei Municipal 2.651/2023
Justificativa:	Conscientizar sobre os Transtornos do Espectro Autista (TEA) e promover a inclusão de pessoas com autismo na sociedade.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão social e educacional das pessoas com TEA.
Metodologia:	Realização de palestras, atividades culturais e workshops com especialistas sobre TEA.
Público-alvo:	Educadores, profissionais da saúde, pais e a comunidade em geral.
Resultados esperados:	Maior conhecimento e aceitação do TEA pela população, além da capacitação de profissionais.

DIA DOS POVOS INDÍGENAS -19 de abril-	
Proponente:	Organizações, governos e escolas - Lei 14.402/2022
Justificativa:	Valorizar a cultura, história e direitos dos povos indígenas no Brasil, combatendo o preconceito e promovendo o respeito.
Objetivo Geral:	Promover o respeito e a valorização da cultura indígena nas escolas e na sociedade.
Metodologia:	Ações educativas, exposições culturais, rodas de conversa, e atividades práticas sobre povos indígenas.
Público-alvo:	Estudantes, professores, comunidade escolar e público em geral.
Resultados esperados:	Maior respeito e conhecimento sobre os povos indígenas, promovendo a diversidade cultural.

DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO DO TDAH -01 de agosto-	
Proponente:	Ministério da Saúde / Educação e AEE

Justificativa:	Informar e desmistificar o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), promovendo a inclusão de alunos com TDAH no ambiente escolar e social.
Objetivo Geral:	Conscientizar sobre o TDAH, seus impactos e a importância da inclusão desses alunos na escola e na sociedade.
Metodologia:	Palestras, distribuição de materiais educativos, atividades interativas, e campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos com TDAH, pais, professores e educadores.
Resultados esperados:	Aumento da compreensão e apoio aos alunos com TDAH, contribuindo para a redução do estigma associado a essa condição. O objetivo é promover um ambiente mais inclusivo e acolhedor, onde esses estudantes sejam reconhecidos em suas potencialidades, e suas necessidades sejam atendidas de forma adequada, favorecendo o seu desenvolvimento intelectual e pessoal.

DIA DO COOPERATIVISMO EM CRISTALINA

-1º sábado de junho-

Proponente:	
Justificativa:	O Dia do Cooperativismo é considerado como um momento ideal de sensibilização dos jovens sobre o caráter empreendedor e o papel social do cooperativismo. A origem da comemoração tem, também o objetivo de proporcionar a toda sociedade o conhecimento dos benefícios, dos valores e dos princípios da atividade cooperativista.
Objetivo Geral:	
Metodologia:	
Público-alvo:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Resultados esperados:	

CAMPANHA DEZEMBRO VERDE

Proponente:	Lei municipal nº 2.558 de 22 de novembro de 2021
Justificativa:	<p>* A crescente problemática do abandono de animais no município, especialmente no período de dezembro, quando o abandono aumenta em cerca de 70%, é uma questão que exige ação imediata. O abandono e maus-tratos a cães e gatos em espaços públicos como praças, parques, ruas e avenidas têm se tornado um desafio social e ambiental.</p> <p>* Além disso, a falta de conscientização sobre a guarda responsável de animais tem impacto direto no bem-estar dos animais e na saúde pública, já que esses animais abandonados podem ser portadores de doenças e causar problemas ao ecossistema local.</p> <p>* A educação é a chave para promover a mudança de comportamento e atitudes em relação ao cuidado com os animais, sendo essencial que a</p>

	população, especialmente os jovens, sejam sensibilizados para a importância de proteger os animais e garantir a guarda responsável.
Objetivo Geral:	<ul style="list-style-type: none"> * Conscientizar a população sobre a guarda responsável de animais e os impactos do abandono e maus-tratos de cães e gatos, com ênfase em espaços públicos como praças, parques, ruas e avenidas, que são locais comuns para esse tipo de abandono. * Alertar sobre o aumento significativo (cerca de 70%) do abandono de animais durante o mês de dezembro, período em que o problema se agrava, e promover a ação social e educacional para combater esse comportamento.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> * Inserção da temática nos planos de aulas, relacionados aos direitos dos animais e à importância da guarda responsável. Essas atividades podem ser realizadas por meio de matérias que abordem o respeito aos seres vivos e o dever de cuidar dos animais como parte da cidadania. * Realização de palestras educativas com profissionais da área veterinária, ONGs, ou especialistas em bem-estar animal, com o objetivo de sensibilizar e informar os estudantes sobre como cuidar adequadamente dos animais e como agir em situações de abandono. * Atividades práticas e interativas, como oficinas de conscientização, visitação a abrigos de animais ou participação em campanhas de adoção responsável. Essas atividades podem envolver os alunos na promoção da mudança de comportamento, oferecendo exemplos concretos de boas práticas. * Ações comunitárias, como a realização de campanhas de arrecadação de alimentos e recursos para abrigos de animais, além de ações de orientação à população sobre o que fazer em caso de avistamento de animais abandonados.
Público-alvo:	Estudantes de todos os níveis e modalidades da Educação Básica Municipal.
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> * Aumento da conscientização da comunidade escolar sobre a guarda responsável de animais e o combate ao abandono e maus-tratos. Espera-se que a mudança de comportamento comece a ser refletida dentro da escola e, progressivamente, nas famílias e na comunidade. * Diminuição do número de casos de abandono de animais, especialmente durante o mês de dezembro, com a promoção de uma cultura de respeito aos direitos dos animais. * Capacitação dos alunos para se tornarem multiplicadores de informação e ajudarem a conscientizar outros membros da sociedade sobre a responsabilidade de cuidar dos animais. * Fortalecimento das redes de apoio a animais abandonados, como ONGs, abrigos e grupos voluntários, por meio das ações educativas e sociais realizadas nas escolas. * Melhora no bem-estar dos animais que são alvo de abandono, com um aumento nas adoções responsáveis, cuidados adequados e redução dos maus tratos.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	
Proponente:	PSEs
Justificativa:	O PSE (Programa Saúde na Escola) visa contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, enfrentando as vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento pleno de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Objetivo Geral:	Contribuir para a formação integral dos estudantes da educação básica, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, visando enfrentar as vulnerabilidades que afetam seu desenvolvimento.
Metodologia:	O planejamento do PSE considera o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar. O programa é constituído por cinco componentes: 1- Avaliação das condições de saúde das crianças e jovens. 2- Promoção da saúde e prevenção de doenças. 3- Educação permanente e capacitação dos profissionais de educação, saúde e jovens. 4- Monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes. 5- Monitoramento e avaliação do programa.
Público-alvo:	
Resultados esperados:	*Reduzir a mortalidade e os riscos associados ao consumo de substâncias nocivas. *Promover práticas de saúde física e mental, como alimentação saudável, atividade física, prevenção de doenças e promoção da saúde sexual e reprodutiva.

11.2. Projetos da Instituição

Projetos da Instituição

Projeto: PROJETO DE LEITURA - MALETA VIAJANTE	
Proponente:	Agrupamento 04 e 05 anos
Justificativa:	A leitura aprimora todas as áreas do conhecimento, assim todos os esforços para incentivar e promover o hábito da leitura são de suma importância para o pleno desenvolvimento no processo educacional.
Objetivo Geral:	Estimular a leitura de diferentes gêneros textuais, para agregar conhecimento e desenvolver a fluência e produção textual.
Metodologia:	Levar a Maleta Viajante para casa com livros de diferentes gêneros textuais, para leitura individual e com os pais; no dia seguinte contar a história para os colegas na sala de aula.
Público-alvo:	Agrupamento 04 e 05 anos
Resultados esperados:	Despertar o gosto pela leitura. Desenvolver a linguagem verbal. Ampliar o vocabulário. Integrar a família e a escola. Desenvolver a imaginação e a criatividade. Socializar as crianças. Tornar a leitura um ato prazeroso. Promover o hábito de ler.

PROJETO: FESTA JUNINA	
Proponente:	Toda Escola

Justificativa:	A Festa Junina constitui a segunda maior comemoração realizada pelos brasileiros e visa integrar e desenvolver o resgate social, favorecendo à criança, ao adolescente e a toda a comunidade a ampliação do universo linguístico e cultural, na medida em que se constitui uma temática rica que permite a exploração de diversos tipos de linguagem, levando aos alunos o conhecimento da origem da festa, dos seus símbolos e valores.
Objetivo Geral:	Conhecer as características da Festa Junina valorizando e demonstrando atitudes de respeito ao homem do campo, incentivando o trabalho cooperativo, proporcionando a participação das crianças, adolescentes e familiares em diversas brincadeiras, levando-os sempre a preservar os costumes e tradições desse patrimônio cultural tão popular no Brasil.
Metodologia:	Ensaio de danças típicas, como quadrilhas e catiras. Confeção de balões, bandeiras e arranjos juninos para decoração da Festa Junina. Cantos e danças próprios desses festejos. Simulação de casamento caipira e outras dramatizações típicas. Conhecimento e degustação de comidas típicas durante os festejos juninos. Brincadeiras e jogos típicos.
Público-alvo:	Comunidade escolar
Resultados esperados:	Desenvolver a socialização da criança, incentivando o trabalho em grupo. Desenvolver a linguagem oral e escrita. Ampliar o vocabulário. Desenvolver a cooperação e o respeito mútuo. Fortalecer os laços de amizade. Promover a inclusão

PROJETO: OLIMPÍADAS	
Proponente:	Toda Escola
Justificativa:	Por ser uma escola do campo a socialização através do esporte fica defasada por causa da distância, muitos não conhecem ou tem afinidade a certo tipos de esporte que podem ser incluídos no ambiente escolar.
Objetivo Geral:	Buscar interação, socialização entre discente, docentes e funcionários administrativos, incentivando a competição sadia e o respeito as regras e limites
Metodologia:	Dividir através de sorteio todos os membros da escola em duas equipes, sendo uma verde e a outra amarela, os membros de cada equipe serão organizados para participarem das competições por categoria e gênero. As competições serão realizadas em dias previamente comunicado às equipes, no primeiro horário de aula, em dias alternados. Categorias: mirim, infantil, infanto-juvenil e veteranos. Atividades esportivas: pular corda, arremesso de peso, bola ao cesto, futsal, chute ao gol, voleibol, corrida de obstáculos, queimada feminina.
Público-alvo:	Alunos da Educação Infantil ao 9º ano
Resultados esperados:	Promover a interação. Conhecer as modalidades esportivas. Demonstrar que a competição pode ser saudável. Incentivar a prática de esportes.

Projeto: MOMENTO CÍVICO	
Proponente:	Toda Escola
Justificativa:	O amor e o respeito a nossa Pátria, nos fortalece como cidadãos, assim a prática de ações cívicas são essenciais para a formação de alunos participativos e comprometidos com a sociedade em que vivem.
Objetivo Geral:	Estimular o patriotismo como ferramenta para construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
Metodologia:	Cantar o hino (Nacional, do Município, da Escola) uma vez na semana com reflexão sobre o tema civismo.
Público-alvo:	Alunos da Educação Infantil ao 9º ano
Resultados esperados:	Resgatar o respeito ao momento cívico na escola. Estimular o patriotismo com ações conjuntas. Respeitar os hinos, as bandeiras do país, estado, município e da escola. Realizar momentos de reflexão sobre os problemas que afetam a sociedade.

Projeto: PRIMAVERA – FLORESCENDO SABERES E CORES	
Proponente:	Toda Escola
Justificativa:	A escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de valores, conhecimento e atitudes voltadas para a formação integral dos estudantes, neste contexto trabalhar a temática da primavera possibilita explorar aspectos relacionados à natureza, à renovação da vida , à valorização da natureza e estimular a criatividade, sensibilidade e expressão artística dos alunos
Objetivo Geral:	Promover a valorização da primavera como elemento pedagógico integrador, desenvolvendo atividades educativas, artísticas e ambientais que estimulem a criatividade, a consciência ecológica, a socialização e o protagonismo dos estudantes, fortalecendo a integração entre as diferentes etapas de ensino e a comunidade escolar.
Metodologia:	Atividades interdisciplinares planejadas de acordo com a faixa etária dos estudantes. As ações serão organizadas por meio de rodas de conversa, pesquisas orientadas, produção textual, oficinas artísticas, atividades de educação ambiental, jogos educativos, apresentações culturais e experiências práticas relacionadas à natureza, como plantio de mudas e construção de hortas ou espaços verdes. As atividades buscarão estimular a participação ativa dos alunos, favorecendo o trabalho em equipe, a criatividade, o senso crítico e o respeito ao meio ambiente.
Público-alvo:	Alunos da Educação Infantil ao 9º ano
Resultados esperados:	Que os alunos desenvolvam consciência sobre a importância da preservação da natureza e do cuidado com o meio ambiente e ampliem seus conhecimentos sobre a biodiversidade, os ciclos naturais e a relação entre o ser humano e a natureza.

11.3. Temas Transversais

Os **temas transversais** correspondem a questões urgentes e presentes no cotidiano, abordando valores de cidadania, como Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. Eles devem ser trabalhados de maneira interdisciplinar, para proporcionar aos alunos uma visão crítica e integrada do mundo.

A **BNCC** propõe a **transversalidade** para temas como **computação**, que deve ser integrada aos componentes curriculares, contribuindo para o desenvolvimento de competências digitais em áreas como Matemática, Ciências e Língua Portuguesa, conforme estabelecido pela **BNCC da Computação**.

O **Meio Ambiente**, enquanto tema transversal, vai além do ambiente físico e biológico, abrangendo também as relações sociais, econômicas e culturais. A **educação ambiental** deve ser trabalhada de forma integrada com diversas áreas do conhecimento, como **Ciências, Geografia** e até **Matemática**, com o objetivo de sensibilizar os alunos para a importância da preservação do meio ambiente. Reflexões sobre o impacto das atividades humanas no planeta, como o **desmatamento**, a **poluição** e a **sustentabilidade**, devem ser constantemente abordadas, promovendo o compromisso com a qualidade de vida e o **equilíbrio ambiental**.

A **ética** deve ser trabalhada a partir de temas da atualidade, como respeito, justiça e solidariedade, estimulando a autonomia dos educandos e sua compreensão das interações sociais dentro da escola e da comunidade.

Antirracismo e **inclusão étnico-racial** são abordagens essenciais, garantidas por leis como a **Lei nº 10.639/2003** e **Lei nº 11.645/2008**, e devem ser integradas a todas as disciplinas para promover a igualdade racial e combater o racismo em suas diversas formas.

O tema da **Orientação Sexual** deve ser abordado com respeito e foco em questões como métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis e a descoberta do corpo e da sexualidade, considerando sempre a maturidade e os contextos dos alunos.

Pluralidade Cultural se refere ao respeito e à convivência com os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira, estimulando a valorização da diversidade étnica e cultural como um fator de enriquecimento.

O tema **Trabalho e Consumo** prepara os jovens para sua inclusão no mundo do trabalho, discutindo questões como consumo, direitos e desemprego, fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência crítica.

A abordagem da **Saúde** visa ensinar aos alunos as noções básicas de higiene e saúde, além de temas como prevenção de doenças, uso de drogas e gravidez na adolescência. O **Programa Saúde na Escola**, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, busca contribuir para a formação integral dos estudantes, enfrentando vulnerabilidades que impactam seu desenvolvimento.

Esses temas, ao serem trabalhados de forma transversal e interdisciplinar, permitem uma visão diferenciada de mundo, ampliando o conhecimento e a aprendizagem. A **interdisciplinaridade** e a **transversalidade** se complementam, promovendo uma abordagem ativa e transformadora do ensino, vinculada às questões sociais e à formação crítica dos alunos.

11.4. Sala Maker

A **Sala de Aula Maker** ou **Espaço Maker** é um ambiente criativo onde os estudantes têm a oportunidade de explorar diferentes formas de aprender, através da arte, construção e outras atividades práticas. Nesse espaço, elas podem trabalhar com materiais como papel, papelão, tintas, e

outros itens recicláveis para criar objetos e expressar suas ideias de maneira única. Além disso, há atividades como marcenaria, robótica, oficinas de computação e artesanato, que ajudam no desenvolvimento de habilidades importantes, como o trabalho em equipe, a resolução de problemas e a criatividade.

Em um Espaço Maker, todos os componentes curriculares podem ser enriquecidos com abordagens práticas e criativas, permitindo que os alunos apliquem o que aprendem de forma mais concreta. Embora esses laboratórios aconteçam frequentemente dentro da própria sala de aula, um espaço dedicado exclusivamente para oficinas seria o ideal, pois oferece mais liberdade para explorar e criar sem as limitações do ambiente tradicional, ele é essencial para o desenvolvimento das habilidades específicas relacionadas à **BNCC da Computação**, proporcionando aos estudantes as ferramentas necessárias para explorar esses conceitos de forma integrada e inovadora. Para viabilizar a criação de uma Sala Maker, os gestores escolares podem usar verbas escolares voltadas para inovação, planejando ações que incluam a aquisição de materiais e a implementação de projetos. Com essa estrutura, a escola se torna um lugar ainda mais dinâmico e inspirador para o aprendizado.

11.5. Laboratório de informática

A **sala de informática** será utilizada exclusivamente para fins pedagógicos, no contexto das atividades educacionais da instituição. O acesso e uso dos equipamentos estarão sujeitos à coordenação pedagógica da escola, que definirá o planejamento didático e o cronograma de uso.

Todos os usuários devem manter uma postura de respeito, organização e disciplina ao utilizar a sala, colaborando para a preservação dos equipamentos, do ambiente e para um clima produtivo de trabalho. O descumprimento das normas de uso ou a utilização inadequada dos recursos disponíveis poderá resultar na suspensão do acesso à sala de informática.

É permitida a navegação em sites da internet apenas quando estiverem diretamente relacionados ao conteúdo da aula. O **download** de arquivos será restrito às atividades pedagógicas e deve ocorrer de acordo com as diretrizes do planejamento.

O uso de programas de **chat** e o acesso a **redes sociais** só serão autorizados se estiverem diretamente vinculados a uma proposta pedagógica específica.

12. Avaliação

O processo de avaliação da aprendizagem escolar deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e participação do aluno nas atividades escolares sua comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, sua sociabilidade, sua capacidade de criar, apropriar-se dos conteúdos disciplinares inerentes à idade e série, de tomar iniciativa e o desenvolvimento ao ler, escrever e interpretar, visando à sua aquisição dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao pleno exercício da cidadania.

As avaliações se dispõem em testes, seminários, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo, apresentação teatral, ficha literária e provas.

A Recuperação Paralela é um direito do aluno e deverá ser cumprida conforme prevê a Resolução CME nº 119 de 29/11/2023.

12.1. Critérios de Avaliação

12.1.2. Educação Infantil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394 de 1996 (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) sobre a avaliação, a educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

Quanto ao processo de Avaliação, para que a mesma seja realmente significativa e proporcione o desenvolvimento tanto das crianças como dos educadores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Será observado o roteiro de acompanhamento sistemático de elaboração do relatório avaliativo da educação infantil:

- Observações;
- Registros através de relatório escrito reflexivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de relatório descritivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de fotografias;
- Registro através de filmagens;
- Registro através de gravações em áudio;
- Registro através de fichas individuais elaboradas pela instituição/SME.

Será elaborado um relatório de caráter formal de caráter descritivo, crítico e reflexivo a partir do desenvolvimento da criança, em relação a cada eixo temático trabalhado, enfatizando os diversos aspectos do processo do seu desenvolvimento. Esse relatório será realizado a partir dos instrumentos avaliativos acima citados e deverá compor a documentação pedagógica da criança, ficando ao final do semestre na sua pasta arquivada na Secretaria da Instituição.

12.1.3. Ensino Fundamental

12.1.4. Ciclo de Alfabetização 1º e 2º ano

A avaliação para o 1º ano do Ensino Fundamental de 09 anos dar-se-á através de relatórios individuais (em anexo) conforme cumprimento das Matrizes Curriculares de habilidades, definidas, sendo vedada a retenção neste percurso. Esses relatórios são encontrados nos diários eletrônicos do sistema MegaEduca.

No 2º ano a avaliação seguirá conforme normatização para o 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

12.1.5. Ensino Fundamental (2º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos

As avaliações se dispõem em testes, seminários, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo, apresentação teatral, ficha literária, provas entre outros instrumentos verificadores das expectativas curriculares.

1. Cada componente curricular deve ser avaliado através de pelo menos 03 (três) instrumentos avaliativos.
2. Cada instrumento avaliativo deve ter o valor máximo de 3.0 (três pontos).
3. Caso haja avaliação de produção atitudinal (por exemplo, participação, responsabilidade de caderno) a esta deve ser atribuído no máximo 1.0 (um ponto).
4. Aos trabalhos, pesquisas, dentre outros conforme prevê o artigo 5º da Resolução CME nº119 de 29/11/2023, serão atribuídos 3,0 (três pontos).

5. Aos conteúdos procedimentais e conceituais serão atribuídos 6,0 (seis pontos) distribuídos em avaliações previamente planejadas junto à coordenação pedagógica da unidade escolar para aferição individualizada.
6. Todos os instrumentos de avaliação devem ser aplicados para mensuração do alcance das expectativas de aprendizagem propostas na referência curricular adotada.

12.1.6. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A avaliação deve ser feita de acordo com as potencialidades e os conhecimentos adquiridos pelo aluno. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve ser avaliado em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Dessa forma, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos avaliativos usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar.

É essencial considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas: verificar como ele lida com cálculos, desenho e escrita, por exemplo. A produção escolar, cadernos, exercícios, a socialização com os colegas no desenvolver das atividades também deve ser levada em conta. Deve ser valorizado cada ganho do aluno, cada conquista em seu processo de aprendizagem.

O aluno será avaliado não apenas na sala de aula comum pelo professor regente, como também nas atividades realizadas no Atendimento Educacional Especializado pelo professor da Sala de Recursos Multifuncional. O qual desenvolverá atividades diferenciadas em relação às realizadas na sala comum, tais como: estímulos sensório-motor, identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade, com o objetivo de preparar, estimular e colaborar para a melhora na aquisição de conhecimentos dos alunos.

Assim, a avaliação do aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, se dará da seguinte forma:

Na sala de aula comum - O aluno será avaliado, conforme o que foi planejado e registrado no Plano Educacional Individualizado (PEI), conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, homologado pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC em novembro de 2024. Os instrumentos de avaliação serão escolhidos e adaptados pelo professor regente com o auxílio do professor do AEE de acordo com o desenvolvimento e a necessidade de cada aluno.

O registro final dessa avaliação continuará sendo por meio de nota, como dos demais alunos, com o diferencial acrescido da elaboração pelo professor regente de relatório descritivo bimestral, apresentando os ganhos educacionais do aluno e os pontos que necessitam ser reforçados no decorrer do ano. Desta forma, o Relatório Descritivo de Acompanhamento Bimestral deverá ser transformado em nota, conforme preconizado na Resolução CME nº 21 de 28 fevereiro de 2024, que dispõe sobre a retificação da Resolução das Diretrizes Curriculares para atendimento do estudante com deficiência. Assim, os parâmetros de conversão de relatórios em notas devem seguir a tabela a seguir:

Tabela de conversão de Relatório Descritivo em nota	
Critério Descritivo	Nota correspondente
Não desenvolveu as habilidades	0 – 3,0
Desenvolvimento insatisfatório	3,1 – 5,9
Desenvolvimento regular	6,0 – 6,9
Desenvolvimento bom	7,0 – 7,9
Desenvolvimento muito bom	8,0 – 8,9
Desenvolvimento excelente	9,0 – 10,0

Retirado da Resolução CME nº 21 de fevereiro de 2024.

Conforme preconizado pela Lei nº 14.254 de 30 de novembro de 2021 e pela Resolução nº 50 de 31 de maio de 2023, compete às Instituições de Educação promover acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem, em todas as etapas da escolarização, devendo realizar Plano Educacional Individualizado, atividades e avaliações adaptadas e coerentes com o ministrado com o aluno, devendo produzir relatório e converter em nota.

Na Sala de Recursos Multifuncionais - Durante todo o processo, o aluno será avaliado, gerando um registro do que foi observado, mediante o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, elaborado pelo professor do AEE. No final do bimestre o professor deverá preencher a Ficha Avaliativa por Conceitos e descrever as conquistas do aluno e quais objetivos foram alcançados e registrar de que forma as ações do AEE repercutiram no seu desempenho escolar, devendo o relatório produzir ser assinado pelos responsáveis do aluno e pelo corpo docente da Unidade Escolar.

Avaliar o desempenho escolar do aluno com deficiência requer um olhar de valorização das aquisições. Valorizar as aquisições e não as perdas.

Portanto, o processo de avaliação deve objetivar o aprendizado e não a classificação, retenção ou promoção dos estudantes. Desse modo, quanto à promoção dos alunos que apresentam necessidades especiais, o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adequações, quando necessário. Segundo MEC, na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção do aluno na série, etapa, ciclo (ou outros níveis):

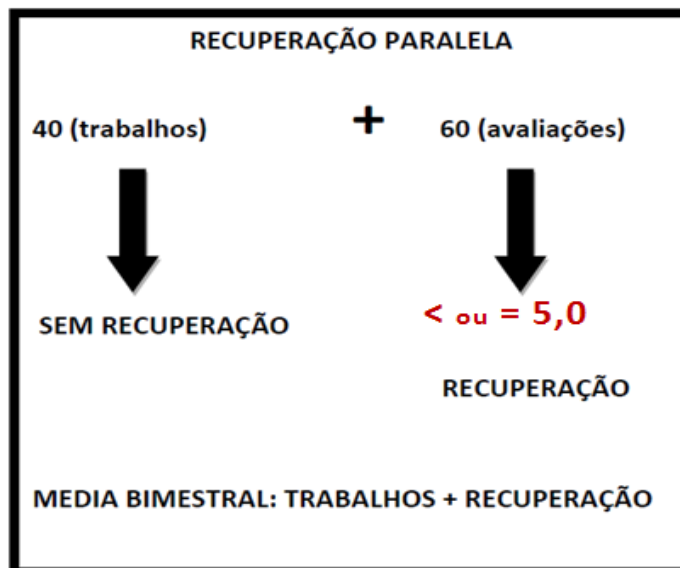
“A possibilidade de o aluno ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial; A valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem; A competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado; O efeito emocional da promoção ou da retenção para o aluno e sua família”.

A decisão sobre a promoção ou retenção do aluno, deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração do PEI do aluno e a família, e ser registrado em ata.

A flexibilidade e a dinamicidade do currículo regular podem não ser suficientes para superar as restrições do sistema educacional ou compensar as especificidades reais dos alunos com deficiência. Desse modo e nas atuais circunstâncias, entende-se que as adequações curriculares se fazem, ainda, necessárias.

13. Recuperação Paralela

O aluno que demonstra dificuldade de desenvolvimento, em qualquer um dos aspectos citados acima, é assegurado o direito de acompanhamento especial, individualizado, e a recuperação paralela, por equipe devidamente preparada, que seja capaz de contribuir de modo efetivo para a superação das dificuldades detectada. O processo de recuperação da aprendizagem deve ser contínuo e cumulativo. A Recuperação Paralela deve ser aplicada de acordo com o conteúdo programático bimestral, excluindo os 4,0 (quatro) pontos destinados aos outros instrumentos avaliativos como trabalhos, pesquisas, conceitos, etc., que por si só já são instrumentos de recuperação paralela. De acordo com a Resolução CME nº 110 de 26 de outubro de 2023 – Dispõe sobre a Padronização da Média Escolar nas Instituições de Ensino de Educação Básica jurisdicionadas ao Conselho Municipal de Educação de Cristalina-Goiás, a partir de 1º de janeiro de 2024, a média escolar 6,0 (seis) para aprovação.



14. Recuperação Especial

A oferta de estudos de recuperação observará as orientações vigentes do Conselho Municipal de Educação de Cristalina-GO, especialmente a Resolução CME nº 119, de 29 de novembro de 2023, que dispõe sobre a Recuperação Paralela e a Recuperação em Época Especial, garantindo aos estudantes oportunidades de superação das dificuldades de aprendizagem ao longo do processo avaliativo.

Art. 9º. As Unidades Escolares deverão oferecer estudos de Recuperação Especial, atendida as seguintes normas:

- I. A Recuperação Especial visa superar, após a Recuperação Paralela, as dificuldades detectadas no processo de aprendizagem;
- II. A recuperação em época especial, de caráter facultativo à Unidade Escolar, após o cumprimento dos 200 (duzentos) dias letivos, tem por objetivo oferecer ao aluno condições favoráveis para alcançar o mínimo exigido para sua promoção, em até 03(três) disciplinas;

A Unidade Escolar deverá viabilizar estratégias diferenciadas para os estudos de recuperação, com acompanhamento o mais individualizado possível.

A Recuperação Especial será oferecida aos alunos do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental que apresentarem conceito inferior a 6,0 (seis) pontos na média final da disciplina.

15. Progressão Parcial

A Progressão Parcial (ou dependência) em até 02 disciplinas será realizada conforme determina o Regimento Escolar Único, onde só será permitida a partir do 6º ano em até 02(duas) disciplinas e deverá ser concluída no ano posterior. Não há Progressão Parcial no 9º ano, uma vez que o aluno será transferido para outro Sistema Educacional o qual pode não adotar o regime de dependência. O Aluno com dependência no 9º ano só poderá receber o histórico após concluída a dependência.

A progressão Parcial não se vincula aos dias letivos, à carga horária anual e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), mas, tão somente o programa de estudos, podendo ser concluído

em qualquer período do ano letivo, de acordo com a avaliação do Conselho de Classe conforme Resolução do CME nº 059/2023.

16. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição

PLANO ANUAL DE AÇÃO COLETIVA DA (escrever o nome da instituição)		
O que detectamos em 2025 que precisamos melhorar ou solucionar em 2026?		O que VAMOS fazer?
APRENDIZAGEM DOS ALUNOS	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de reforço na disciplina de matemática e Língua Portuguesa; • Dificuldade na dinâmica de adequação curricular para turmas multisseriadas principalmente os anos finais; • Alunos dos anos finais com dificuldades de leitura e interpretação; • Pouco interesse ou aprendizagem em algum componente curricular. • Alfabetização (problemas de fluência, interpretação, escrita e índice de alfabetização) 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação continuada da Equipe Docente; • Fortalecer o vínculo com as famílias para que as mesmas se comprometam com o auxílio no desenvolvimento educacional dos alunos; • Diversificar as aulas, primando pela qualidade e não quantidade • Desenvolver projetos que estimulem o aprendizado nas diversas áreas de conhecimento, afim de sanar deficiências apresentadas; • Buscar formas de adequação curricular para abranger os objetos de conhecimento em todas as disciplinas; nas séries individuais de forma a não prejudicar os alunos em caso de transferência. • Promover aulas de reforço e material pedagógico para sanar as dificuldades de leitura. • Desenvolver atividades frequentes para aprimorar a produção textual e seus diferentes gêneros
RELAÇÕES COM OS ALUNOS	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi detectado nenhum problema que afetasse a relação interpessoal entre os alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter a harmonia da equipe para fortalecer o vínculo, a cordialidade e a interação, com momentos de reflexão e união. • Promover ações interativas nos momentos oportunos. • Promover momentos de reflexão sobre as práticas pedagógicas entre o corpo docente e a gestão escolar a fim de melhorar o desempenho dos alunos.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS DA EQUIPE	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe problemas relacionados a relação interpessoal da equipe 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter a harmonia da equipe para fortalecer o vínculo, a cordialidade e a interação, com momentos de reflexão e união. • Promover ações interativas nos momentos oportunos. <p>Promover momentos de reflexão sobre as práticas pedagógicas entre o corpo docente e a gestão escolar a fim de melhorar o desempenho dos alunos.</p>
PARTICIPAÇÃO DOS PAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de acompanhamento do cotidiano escolar dos filhos; • Pouca participação em reuniões e outros eventos da instituição • Falta de participação nas decisões da instituição • Pouco entendimento sobre a metodologia da instituição por exemplo a Educação Infantil 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover reuniões interativas, onde os pais sintam-se acolhidos e participantes do processo educativo; • Facilitar a comunicação entre os pais e professores em casos específicos. • Manter contato com os pais sobre falta dos alunos, para não prejudicar seu desempenho escolar; • Promover eventos culturais envolvendo a participação dos pais, visando à integração da comunidade e instituição de ensino;
INFRAESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura da quadra poliesportiva; • Manutenção do espaço físico e estrutural do prédio escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar apoio externo com os amigos da escola e Secretaria Municipal de Educação; • Encaminhar pedido aos órgãos competentes; • Buscar parcerias com órgãos e/ou instituições para a melhoria e aprimoramento da Escola;

<p>PRIORIDADES DO PDDE</p>	<ul style="list-style-type: none"> As verbas do PDDE devem ser utilizadas para adquirir bens e melhoria da Infraestrutura física, bem como para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas das escolas. <p>Lembrete: 80% custeio 20% capital</p>	<ul style="list-style-type: none"> Custeio: Materiais de limpeza, expediente e pedagógico e pequenos reparos; Capital: a ser definido junto ao Conselho Escolar da escola, buscando atender as demandas escolares.
<p>SITUAÇÃO LEGAL DA INSTITUIÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> Em dia com a documentação exigida pela legislação 	<p>Continuar efetuando a documentação de acordo com as normas legislativas e datas marcadas</p>

17. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Alfa Mais Goiás: Fortalecimento da Educação em Goiás*. Brasília: MEC, 2023.

Este documento aborda as estratégias e objetivos do programa Alfa Mais Goiás, destacando os avanços na educação básica e a integração de metodologias inovadoras nas escolas do estado de Goiás.

SANTOS, Maria Lúcia dos. *Educação Ambiental: Práticas e Perspectivas no Contexto Escolar*. São Paulo: Editora Educação Sustentável, 2021.

A autora discute a importância da educação ambiental nas escolas, com ênfase nas práticas pedagógicas que podem ser implementadas para sensibilizar os alunos sobre as questões ambientais desde a educação infantil até o ensino médio.

SOUSA, João P. de. *Escola em Tempo Integral: Desafios e Possibilidades para a Formação Integral do Estudante*. Campinas: Editora Acadêmica, 2020.

Este livro aborda as diferentes abordagens para a implementação de escolas em tempo integral, suas vantagens no processo de aprendizagem e a construção de um ambiente educacional mais amplo e integrado para os alunos.

MARTINS, Fernanda S. e LIMA, Marcos T. de. *A Escola das Adolescências: Inovações Pedagógicas e Formação Integral de Jovens*. Rio de Janeiro: Editora Juventude e Educação, 2022.

A obra analisa o conceito de escola para adolescentes, focando nas estratégias pedagógicas que visam promover uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades dessa faixa etária.

GOMES, Rita S. et al. *Práticas de Educação Ambiental nas Escolas de Tempo Integral em Goiás*. Goiânia: Editora Goiás, 2021.

Este estudo investiga as práticas de educação ambiental nas escolas de tempo integral no estado de Goiás, destacando os desafios e as metodologias aplicadas para integrar questões ambientais ao currículo escolar.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental: Computação e Tecnologias Digitais*. Brasília: MEC, 2020.

A BNCC aborda a inserção das competências digitais e de computação no currículo escolar, evidenciando a importância da educação tecnológica no desenvolvimento dos alunos, desde a educação infantil até o ensino fundamental.

SILVA, Claudia N. da. *Antirracismo na Educação: Práticas Pedagógicas para a Inclusão Étnico-Racial nas Escolas*. São Paulo: Editora Educativa, 2021.

Este livro oferece reflexões e práticas pedagógicas para promover o antirracismo nas escolas, com foco na inclusão étnico-racial e na valorização da cultura negra dentro do ambiente escolar.

LIMA, Marcos T. de e PEREIRA, Ana Lúcia F. *Inclusão Étnico-Racial e Educação: Desafios e Estratégias para uma Prática Pedagógica Antirracista*. Rio de Janeiro: Editora Diversidade, 2022.

A obra discute a implementação de ações pedagógicas antirracistas e a importância de uma abordagem inclusiva, que promova a igualdade de oportunidades para estudantes de diferentes etnias.

BOUTINET, Jean-Pierre. *Antropologia do Projeto*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002. O autor explora a relação entre antropologia e o conceito de projeto, discutindo suas implicações no desenvolvimento de propostas educacionais e sociais.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Documento que apresenta diretrizes para a formação de currículos voltados para a educação infantil, com ênfase nas práticas pedagógicas para o desenvolvimento integral das crianças.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Para a Formação de Professores*. MEC/SEF. Brasília, 1999. Este referencial propõe orientações para a formação docente, buscando fortalecer as práticas pedagógicas e o desenvolvimento profissional dos educadores.

BRASIL. *Lei 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece as normas gerais para a educação brasileira, definindo direitos e responsabilidades em todos os níveis de ensino.

BRASIL. *Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: MEC, 1990. Este documento estabelece os direitos fundamentais da criança e do adolescente, com foco na proteção, educação e cidadania.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. CBMM/Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças/UNICEF/Oficina de Ideias. *10 Medidas Básicas para a Infância Brasileira*. São Paulo, 1994.

As medidas apresentadas visam promover o desenvolvimento e a proteção integral da criança, com implicações diretas nas práticas pedagógicas e educacionais.

DEWEY, J. *Como Pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. A obra de Dewey aborda a importância do pensamento crítico e reflexivo no processo educacional, defendendo a educação como um meio para o desenvolvimento do pensamento independente e da resolução de problemas.

DOMINGUES, José Luís. *O Cotidiano da Escola de 1º Grau: O Sonho e a Realidade*. Tese de doutorado, PUC, São Paulo, 1985. A pesquisa de Domingues reflete sobre as contradições entre as expectativas e a realidade do cotidiano escolar, especialmente no ensino fundamental.

HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. *A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: O Conhecimento é um Caleidoscópio*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998. O livro discute como organizar o currículo escolar a partir de projetos de trabalho, com uma abordagem interdisciplinar e centrada na construção do conhecimento pelo aluno.

MIRANDA, Cláudia. LOPES, Angélica Carvalho. RODRIGUES, Vera Lúcia. *Alfabetização.* São Paulo: Ática, 2001.
A obra oferece uma reflexão sobre as práticas de alfabetização e a construção do conhecimento, com foco nas metodologias mais eficazes para o desenvolvimento da leitura e escrita.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Escola, Currículo e a Construção do Conhecimento.* In: *Escola Básica.* Coletânea CBE Campinas, Papyrus, 1992.
O autor reflete sobre o papel do currículo escolar na construção do conhecimento e como ele pode ser um instrumento para a promoção de um aprendizado mais significativo.

RIBEIRO, Lucília Ávila. *Coleção Construindo um Mundo Melhor com Estudos Sociais, Saúde e Ciências.* São Paulo: Editora Ávila, 2005.
A coleção busca integrar temas de estudos sociais, saúde e ciências de forma a promover a educação para a cidadania e o bem-estar social.

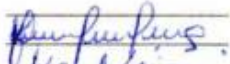
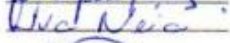



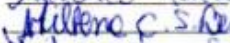

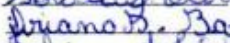
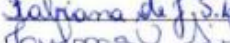
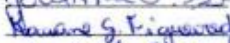







SNIDER, Georges. *Alegria na Escola.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
O autor propõe uma reflexão sobre como a escola pode ser um ambiente prazeroso e estimulante para o aprendizado, enfatizando a importância da alegria e da motivação no processo educativo.

18. Ata de Aprovação

ATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA HELENA DE ABREU MORAES

Cristalina, 30 de março de 2026.

Aos 30 dias do mês de março do ano de 2026, reuniram-se direção, professores, funcionários, alunos e pais da Escola Municipal Professora Maria Helena de Abreu Moraes para análise e aprovação do Projeto Político Pedagógico para o ano de 2026. Ressalta-se que a elaboração do mesmo se deu de forma coletiva e participativa dos componentes da comunidade escolar com a intenção da escola e seus profissionais realizarem um trabalho de qualidade, resultante de reflexões e questionamentos dos profissionais sobre o que é a escola hoje e o que poderá a vir a ser. Foram discutidas as fraquezas, ameaças, oportunidades e forças da instituição bem como verificados os resultados das avaliações externas e fluxo do ano de 2025 para que servissem de diagnósticos orientadores para a elaboração do Plano de Ação Coletiva 2026. Desta forma o Projeto Pedagógico apresentado expressa a identidade da escola como uma instituição que tem personalidade própria, por refletir o pensamento do seu coletivo, levando em consideração as práticas e necessidades da comunidade escolar, as diretrizes nacionais, e as normas, regulamentos e orientações curriculares e metodológicas do Sistema Municipal de Educação, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, do aluno na escola; gestão democrática; qualidade do ensino; organização e integração curricular; integração escola/família/comunidade e autonomia.

Nome Completo dos Participantes:	Cargo que ocupa:	Assinatura:
Keila Joaquim de Lima	Diretora	
Iva Néia	Secretária	
Eliane Francisco do Nascimento Braga	Coord. Pedagógica	
Adriane da Silva de Jesus	Professora	
Elaine Francisco Xavier	Professora	
Antônio Marcos de Jesus	Professor	
Millena Cristina Silva Beserra	Professora	
Lidiane Nunes Siqueira	Professora	
Soraia Lopes de Oliveira	Professora	
Oriana Sousa Barbosa	Monitora	
Fabiana de Jesus Santos Dias	A.S.G	
Jailma Valeriano da Silva	Merendeira	
Kauane Gomes Figueiredo	A.S.G	
Ana Paula Gomes da Silva	Responsável - aluno	
Daliane Trajano dos Santos	Mãe de aluno	
Aleksandro Miranda Gomes da Silva	Aluno	
Flaviane de Oliveira Souza	Aluna	

19. Anexos



<http://bit.ly/4tYMTI0>

DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
Relatório de Análise do Projeto Político Pedagógico

Foi realizada a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Maria Helena de Abreu Moraes para o ano letivo de 2026, documento essencial para nortear a organização e o funcionamento da instituição. O PPP apresenta a identidade da unidade escolar, incluindo sua história, missão e dados institucionais, além de traçar um diagnóstico detalhado da realidade educacional e estabelecer diretrizes pedagógicas e administrativas que garantam um ensino de qualidade.

O diagnóstico institucional contempla informações sobre o desempenho acadêmico dos estudantes, fluxo escolar, distorção idade-série, IDEB e metas estabelecidas. A partir dessa análise, foram identificados pontos de atenção que orientam a formulação de estratégias pedagógicas e ações de intervenção. Destaca-se a avaliação Saego Alfa, que permite um diagnóstico detalhado do nível de alfabetização dos alunos, fornecendo subsídios para a criação de iniciativas voltadas à melhoria do processo de aprendizagem. Além disso, a Avaliação de Fluência Leitora possibilita um acompanhamento preciso da evolução dos estudantes na leitura, analisando percentuais de entrada e saída, de modo a garantir intervenções eficazes para o aprimoramento da competência leitora. Os resultados finais do ano anterior também foram examinados, fornecendo um panorama da progressão dos alunos e orientando a formulação de medidas pedagógicas para fortalecer o ensino.

A aplicação da Análise SWOT possibilitou uma visão estratégica da escola, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. A partir desse levantamento, foram traçadas ações que potencializam os pontos fortes da instituição, minimizam os desafios internos, aproveitam oportunidades externas e enfrentam riscos que possam comprometer o desempenho educacional. Dessa forma, essa abordagem orienta um planejamento escolar mais eficiente e alinhado às necessidades da comunidade escolar.

O PPP também define objetivos gerais e específicos alinhados à missão da escola e fundamentados nos princípios legais que regem a educação básica. O documento está em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), além de atender às Leis nº 11.274/2006 e nº 12.796/2013, bem como ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), assegurando os direitos dos estudantes e a oferta de uma educação inclusiva e de qualidade.

A proposta curricular da escola está organizada de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normativas do Conselho Municipal de Educação, garantindo que as aprendizagens essenciais sejam asseguradas. O

currículo contempla a Educação Infantil, voltada ao desenvolvimento integral das crianças, e o Ensino Fundamental, estruturado para atender às demandas cognitivas e socioemocionais dos alunos. Além disso, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é disponibilizado para garantir a inclusão e a equidade no ensino.

No que se refere à estrutura e funcionamento da instituição, o PPP descreve a organização administrativa e pedagógica, os espaços físicos, as instalações e os equipamentos disponíveis, a composição das turmas e a participação discente. Também apresenta as diretrizes do regimento escolar e do conselho de classe, que regulam as práticas institucionais. A equipe de recursos humanos é detalhada, destacando a atuação de gestores, docentes, auxiliares administrativos e profissionais de serviços gerais na manutenção do funcionamento da escola.

A avaliação do desempenho dos alunos segue critérios bem definidos, assegurando um acompanhamento contínuo da aprendizagem. O PPP contempla estratégias de Recuperação Paralela, aplicada ao longo do ano letivo para reforço de conteúdo; Recuperação Especial, direcionada aos estudantes que apresentam dificuldades significativas; e Progressão Parcial, que permite ao aluno avançar para a série seguinte enquanto recebe suporte pedagógico adicional.

No âmbito dos projetos desenvolvidos, o PPP contempla tanto projetos institucionalizados quanto projetos municipalizados, organizados de forma articulada às diretrizes pedagógicas da rede de ensino. Destaca-se que, nos projetos municipalizados, há ênfase na Educação Digital e Cultura Computacional, promovendo a compreensão conceitual e a integração entre Educação Digital, Tecnologias Digitais na Educação e Ensino da Computação.

Além disso, esses projetos também contemplam ações voltadas à Diversidade Étnico-Racial e Inclusão, fortalecendo práticas pedagógicas que valorizam o respeito às diferenças, a equidade e a promoção de uma educação antidiscriminatória, em consonância com os princípios da educação inclusiva e da formação cidadã.

Outro eixo relevante refere-se à Educação Climática e Ambiental, que visa desenvolver a consciência socioambiental dos estudantes, incentivando atitudes responsáveis, sustentáveis e comprometidas com a preservação do meio ambiente e com os desafios contemporâneos relacionados às mudanças climáticas.

Adicionalmente, evidencia-se a necessidade de que a escola desenvolva e fortaleça ações sistemáticas de prevenção e combate ao bullying, promovendo um ambiente escolar seguro, acolhedor e respeitoso. Tais ações devem envolver toda a comunidade escolar, por meio de práticas educativas, projetos de conscientização e estratégias de mediação de conflitos, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a cultura de paz no ambiente escolar.

Essa abordagem integrada contribui para o desenvolvimento de competências essenciais aos estudantes, preparando-os para os desafios contemporâneos e para o uso crítico, ético e responsável das tecnologias, bem como para a atuação consciente na sociedade.

Por fim, o PPP apresenta o Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição, que sistematiza todas as iniciativas planejadas para o período de vigência do documento,

garantindo o alinhamento das metas pedagógicas, a implementação de projetos institucionais e a efetivação de ações de intervenção educativa. Considerando a análise realizada, verifica-se que o Projeto Político Pedagógico da escola está devidamente estruturado, fundamentado nos princípios legais e pedagógicos vigentes e atende às exigências institucionais e educacionais para o ano letivo de 2026.

A aprovação do Projeto Político Pedagógico pela comunidade escolar evidencia a construção coletiva e participativa do documento, reforçando os princípios da gestão democrática e a autonomia institucional. Após a análise documental e a verificação do cumprimento das diretrizes pedagógicas e normativas, conclui-se que o projeto está devidamente estruturado e apto para implementação, garantindo a qualidade e a efetividade das ações educacionais propostas.